



# Retrato da Classe C no Distrito Federal

Nova classe média ou  
nova classe trabalhadora?

# **Retrato da Classe C no Distrito Federal**

## **Nova classe média ou nova classe trabalhadora?**

Brasília  
Fevereiro, 2013

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan  
SAM – Projeção H  
Ed. Sede CODEPLAN  
CEP: 70620-000 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Agnelo Queiroz – Governador

Nelson Tadeu Filippelli – Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL**

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Secretário de Estado

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**

Júlio Miragaya – Presidente

**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS**

Júlio Miragaya – Diretor (respondendo)

**DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS**

Oswaldo Russo de Azevedo – Diretor

**DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS**

Wilson Ferreira de Lima – Diretor

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Salviano Antônio Guimarães Borges – Diretor

**SECRETARIA GERAL**

Edivan Batista Carvalho – Secretário Geral

## **DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS**

Osvaldo Russo – Diretor

### **Coordenação Geral**

Virgínia Maria Dalfior Fava

### **Equipe Técnica**

Márcio Fernandes Maurício

Tatiana Farias Moreira

João Antônio Martins Galvão – estagiário

### **Colaboração:**

Miriam Francisca Silva Chaves Ferreira  
(Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas)

### **Editoração**

Virgínia Maria Dalfior Fava

### **Revisão**

Heloisa Barbosa

### **Capa**

Márcio Fernandes Maurício

## Lista de Figuras

Figura 1. Evolução do percentual de pessoas na classe C, no DF e no Brasil. ....	5
Figura 2. Evolução do percentual de pessoas, por classe de renda no DF. ....	6
Figura 3. Evolução do percentual de pessoas, por faixa etária na classe C do DF. ....	7
Figura 4. Evolução do percentual de mulheres na população e na classe C do DF. ....	7
Figura 5. Evolução do percentual de negros na população e na classe C do DF. ....	8
Figura 6. Evolução do percentual de pessoas analfabetas acima de 15 anos na população e na classe C no DF. ....	9
Figura 7. Evolução do percentual de pessoas, por tempo de estudo na classe C do DF. ....	9
Figura 8. Evolução do percentual de pessoas que frequentam a escola ou creche, por faixa etária na classe C do Distrito Federal. ....	10
Figura 9. Evolução da ocupação da população acima de 18 anos na classe C do Distrito Federal. ....	10
Figura 10. Evolução do acesso da classe C ao saneamento básico no Distrito Federal. ....	12
Figura 11. Evolução do acesso da classe C à iluminação pública no Distrito Federal. ....	13
Figura 12. Evolução da posse de eletrodomésticos pela classe C no DF (grupo 1). ....	14
Figura 13. Evolução da posse dos eletrodomésticos pela classe C no DF (grupo 2). ....	14
Figura 14. Distribuição da população e dos domicílios, por classe de renda. ....	15
Figura 15. Participação das mulheres na população do DF, por classe de renda. ....	16
Figura 16. Participação de negros na população do DF, por classe de renda. ....	17
Figura 17. Percentual de pessoas que frequentavam escola ou creche, por faixa etária e por classe de renda. ....	17
Figura 18. Percentual de pessoas, por nível de escolaridade e por classe de renda. ....	19
Figura 19. Percentual de pessoas de 10 a 15 anos, por situação de atividade e classe de renda. ....	21
Figura 20. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais, por situação de atividade e classe de renda. ....	21
Figura 21. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais, por posição na ocupação e classe de renda. ....	22
Figura 22. Percentual de domicílios, por tipo de domicílio e classe de renda. ....	23
Figura 23. Percentual de domicílios, por tipo de ocupação e classe de renda. ....	24
Figura 24. Percentual de famílias que possuem outros imóveis, por tipo de imóvel e classe de renda. ....	25
Figura 25. Percentual de domicílios com acesso à água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo pelo SLU, por classe de renda. ....	25
Figura 26. Percentual de domicílios, por infraestrutura urbana e por classe de renda. ....	26
Figura 27. Percentual de domicílios, por tipo de veículo que possuem e classe de renda. ....	28
Figura 28. Percentual de domicílios, por tipo de serviço domiciliar que possuem e classe de renda. ....	29
Figura 29. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodomésticos que possuem e classe de renda. ....	30
Figura 30. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda. ....	31
Figura 31. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda. ....	32
Figura 32. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda. ....	32
Figura 33. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda. ....	33

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Percentual de pessoas da classe C, por nível de escolaridade e por faixa etária. ....	20
Tabela 2. Número e percentual de pessoas e de domicílios, por classe de renda e Região Administrativa. ....	37
Tabela 3. Percentual de mulheres, por classe de renda e Região Administrativa.....	38
Tabela 4. Percentual de negros e não negros, por classe de renda e Região Administrativa. ....	39
Tabela 5. Percentual de pessoas que frequentam escola ou creche, por faixa etária, classe de renda e Região Administrativa. ....	40
Tabela 6. Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade, classe de renda e Região Administrativa. ....	41
Tabela 7. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por situação de atividade, classe de renda e Região Administrativa. ....	42
Tabela 8. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por posição na ocupação, classe de renda e Região Administrativa. ....	43
Tabela 9. Percentual de domicílios, por tipo de domicílio, classe de renda e Região Administrativa. ....	44
Tabela 10. Percentual de domicílios, por tipo de ocupação do domicílio, classe de renda e Região Administrativa. ....	45
Tabela 11. Percentual de domicílios com acesso à água, esgotamento sanitário e coleta de lixo pelo SLU, por classe de renda e Região Administrativa. ....	46
Tabela 12. Percentual de domicílios, por infraestrutura urbana, classe de renda e Região Administrativa. ....	47
Tabela 13. Percentual de domicílios, por tipo de veículo que possuem, classe de renda e Região Administrativa. ....	48
Tabela 14. Percentual de domicílios, por tipo de serviço domiciliar que possuem, classe de renda e Região Administrativa. ....	49
Tabela 15. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem, classe de renda e Região Administrativa. ....	50

## Sumário

Apresentação .....	1
Introdução .....	2
Evolução da Classe C no Distrito Federal de 2001 a 2011.....	5
Dinâmica populacional .....	5
Educação .....	8
Trabalho .....	10
Condições de domicílio .....	11
Consumo .....	13
Situação da classe C no Distrito Federal em 2011 .....	15
Dados demográficos.....	15
Educação .....	17
Trabalho .....	20
Condições de domicílio .....	23
Consumo .....	27
Considerações finais.....	34



## **Apresentação**

Neste início de século, vive-se, no Brasil, um fenômeno social relevante e que, provavelmente, deixará profundas marcas históricas. O “Gigante pela própria natureza” – continuamente afrontado pela desigualdade social – conseguiu, com base em políticas de apoio às rendas das classes populares assentadas no trabalho, redimir a ideia de que, finalmente, seu futuro pode mesmo espelhar tal grandeza. Desde 2003, o Brasil vem mostrando que é possível crescer economicamente com distribuição de renda.

De 2001 a 2011, essa grandeza foi se tornando, visivelmente, mais nítida: a elevação do valor real do salário mínimo e a massificação da transferência de renda propiciam um retrato dessa “nova classe social” que, mirando-se no espelho, poderá ser capaz de refletir sobre si mesma. O que a define? Quais seus principais anseios, conflitos e expectativas? Estarão todos os integrantes inseridos em processos políticos e culturais satisfatórios?

Essas questões, que agora afloram, podem sinalizar um novo tempo e levar a novas orientações na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais. O resultado dessas políticas – bem articuladas às econômicas – já se vê refletido no fortalecimento das classes populares e pode contribuir para o País vencer a batalha contra a extrema pobreza e a pobreza. Em menos de uma década, o Programa Bolsa Família atingiu mais de 13 milhões de famílias em todo o País, possibilitando, junto com outras políticas sociais, que 40 milhões de pessoas saíssem da situação de pobreza. Ao lado disso, houve um expressivo crescimento de empregos formais (18 milhões de pessoas) especialmente nos setores em que a remuneração estava muito próxima ao salário mínimo. É uma elevação da qualidade de vida dos brasileiros sem precedentes, embora alguns setores minoritários conservadores teimem em olhar pelo retrovisor de um passado distante, não republicano e escravista.

Em meio a esse debate, a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan constrói o Retrato da Classe C no Distrito Federal – apresentando uma análise sobre dados disponíveis recentes –, com o intuito não de tecer conclusões sobre esse fenômeno, mas de oferecer subsídios para inaugurar um debate sobre essa “nova classe”, formada, sobretudo, por cidadãos que saíram da pobreza: a) eles formam uma “nova classe média” ou, como a nosso ver, uma “nova classe de trabalhadores”?; e b) qual a importância das políticas públicas e de seus serviços, como educação e saúde, nesse novo contexto? São as reflexões propostas.

**Oswaldo Russo**

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

## Introdução

Há um debate na sociedade, no governo e no mundo acadêmico sobre a formação de uma nova classe social denominada “nova classe média”, “nova classe C” ou “nova classe trabalhadora”. Polêmica à parte, sobre a sua natureza (classe social ou estrato de renda), o fato é que esse grupo social vem crescendo nos últimos anos, engrossando a legião de consumidores no país. Em geral, as chamadas camadas médias da população são constituídas por profissionais liberais, servidores públicos, assalariados do mercado formal, microempresários, pequenos e médios produtores rurais e categorias profissionais análogas. Tal categorização leva em consideração não só a renda, mas o grau de instrução, a cultura, os hábitos de consumo, o local de moradia e, sobretudo, os valores.

A fim de contribuir para o conhecimento sobre essa “nova classe” brasileira, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) apresentou, em setembro de 2012, o projeto *Vozes da Classe Média - É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas*<sup>1</sup>. Em sua primeira etapa, a SAE/PR promoveu uma série de estudos para delimitar a “nova classe média”. Por fim, estabeleceu-se que essa classe é formada por pessoas que possuem renda familiar *per capita* de R\$ 291,00 a R\$ 1.019,00, em valores de 2012.

As pesquisas realizadas no âmbito desse projeto revelam que a melhoria do emprego e dos salários pode ser considerada como um dos principais motivos do fenômeno da explosão dessa classe, que foi engrossada por um contingente de 37 milhões de pessoas nos últimos dez anos, passando a constituir 53% da população total, ou 104 milhões de pessoas em todo o território. Em 2002, a classe C correspondia a 38% da população total. Dos 37 milhões de novos membros dessa “nova classe média”, apenas oito milhões são resultado do crescimento vegetativo; a maior parte – o equivalente a 29 milhões de pessoas – ascendeu das camadas mais baixas da população, com a melhoria dos empregos e salários. A renda delas cresceu cerca de 40% nos últimos sete anos.

O poder de consumo dessa multidão é de aproximadamente R\$ 1 trilhão em 2012, pouco menos da metade do total de R\$ 2,2 trilhões esperado para o País. Isso corresponde a um

---

<sup>1</sup> Projeto desenvolvido em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Foi organizado em duas grandes etapas, sendo a primeira a partir dos dados da Pnad e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas do IBGE. Em seguida, utilizaram-se as pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Data Popular. Ao todo, elas compõem um conjunto de 27 pesquisas realizadas nos últimos três anos, com abrangência nacional.

impacto sem precedentes no mercado e tampouco imaginável há alguns anos, quando o País sucumbia a inflações cada vez mais potentes. Agora, emerge um poder de fogo nada desprezível. Basta imaginar o impacto no mercado se alguns dos sonhos dessa “nova classe média” forem concretizados: a pesquisa da SAE/PR indicou que 20 milhões de pessoas da classe C querem comprar imóvel; e 9,5 milhões, um automóvel novo ou usado.

No Brasil, a expansão da classe C – como será denominada neste trabalho – resultou de um processo de crescimento econômico combinado com a redução do abismo histórico entre as classes mais abastadas das menos favorecidas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o rendimento de trabalho teve o maior crescimento médio mensal em dez anos e que a taxa de desemprego foi a menor em sete anos, embora mais recentemente esteja diminuindo o ritmo de absorção de mão de obra pelo mercado – o percentual de pessoas ocupadas era de 61,7% do total da população em idade ativa (PIA), menos do que os 62,9% de 2009.

Esses fatores contribuíram para que 40 milhões de pessoas superassem a pobreza, ampliando o contingente populacional da chamada classe C no Brasil. De 2001 a 2011, no Brasil, segundo dados da Pnad/IBGE, a classe C cresceu de 39,6% para 50,4% da população. No Distrito Federal, o cenário não foi diferente: o crescimento foi de 35,6% para 45,8% da população. Em dez anos, em termos absolutos, saltou de aproximadamente 765 mil para 1,2 milhão de pessoas no DF (Pnad/IBGE, 2001-2011).

A evolução da classe C brasileira é uma realidade a ser estudada como resultado da estabilização da economia, redução da inflação, expansão do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo, crescimento das transferências públicas, maior oferta de ensino e consequente redução da desigualdade social. O rendimento médio mensal cresceu 8,3% de 2009 para 2011 no País e os salários mais baixos foram os que sofreram maior aumento: 29,2%. O total da população com 15 anos ou mais ocupada atingiu 92,5 milhões de pessoas em 2011, um milhão a mais do que em 2009. Com a formalização da economia, o número de empregos com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada cresceu também com maior intensidade, acrescentando 3,6 milhões de vagas para um total de 33,9 milhões, com reflexos positivos na arrecadação. O percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social passou de 52,7% para 58,9%, melhorando substancialmente a arrecadação. Vale ressaltar também que a desigualdade de renda vem caindo continuamente, de acordo com os dados da Pnad 2011/IBGE. É possível avaliar que, entre 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a dos mais pobres saltou 91,2% (Pnad 2011).

De acordo com William Nozaki, sociólogo e economista, professor da Universidade Mackenzie, esse movimento tem menos a ver com a tradicional classe média e mais com a formação de uma “nova classe trabalhadora”, diferente, no entanto, daquela que se formou nos anos 1970, a partir de sua organização, sindicalização e inserção na política partidária. Essa “nova classe trabalhadora”, com o crescimento de seu nível de renda, começa a se aproximar, em alguns aspectos, aos hábitos de consumo da chamada classe média que, em verdade, possui um padrão de vida mais elevado do que o expresso pela faixa de renda proposta pela SAE/PR – e os dados da PDAD/2011/Codeplan confirmam isso. Diferentemente dessa, entretanto, e isso faz a grande diferença, não dispensa o acesso ao sistema público de serviços, em especial de educação e saúde. Ao contrário, é usuária habitual e precisa dele.

Essa “nova classe C” não está fadada ao propalado conservadorismo da classe média nem automaticamente vocacionada ao distanciamento da vida político-partidária. Ao experimentar maior nível de renda, essa nova classe possui novas expectativas de progresso social e melhoria da qualidade de vida. Portanto, torna-se mais exigente com a garantia de direitos e o acesso de qualidade aos serviços públicos. Apesar da importância dessa “nova classe”, que exige novas demandas, a focalização de programas sociais na pobreza e, principalmente, na extrema pobreza precisa continuar.

No Distrito Federal – foco deste estudo – é possível constatar que os indicadores sociais também avançaram, mas, como no resto do País, ainda há uma série de problemas a superar. Para fins deste relatório, adotou-se a definição da classe C elaborada pela SAE/PR (renda familiar *per capita* de R\$ 291,00 a R\$ 1.019,00, em valores de 2012). Para os anos analisados, os valores que delimitam essa classe foram deflacionados, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). As próximas seções apresentarão as mudanças ocorridas na Classe C do DF no período de 2001 a 2011, com base nos dados da Pnad/IBGE, e suas características atuais em comparação com as demais classes por Região Administrativa, com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2011 (Pdad 2011/Codeplan).

## Evolução da Classe C no Distrito Federal de 2001 a 2011

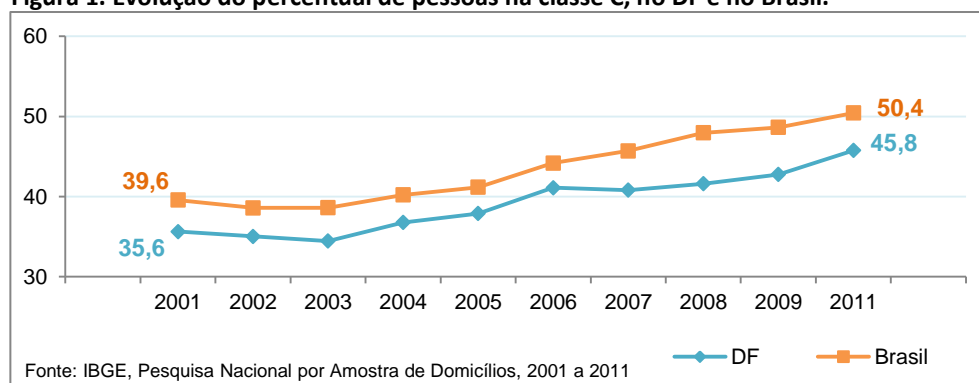
### *Dinâmica populacional*

A classe C vem se tornando o centro de gravidade da economia, da política e das relações sociais no Brasil. Se, há alguns anos, essa classe social era branca e fortemente concentrada na Região Sudeste – reforçando a histórica desigualdade social – atualmente, a classe C é constituída por mais pessoas negras e, geograficamente, tem se espalhado pelo País – fenômeno que a torna uma classe social bem mais heterogênea. Resta analisar se essa ascensão social inclui também o aumento da capacidade produtiva, resultado de um crescimento econômico articulado com políticas sociais e aumento do crédito.

Essas mudanças marcam a consolidação da mobilidade social que ocorre no Brasil na última década. No DF, verifica-se que houve um crescimento populacional significativo: 23,6% entre 2001 e 2011, de acordo com os dados da Pnad/IBGE. A população total passou de 2,17 milhões para 2,68 milhões de pessoas, vivendo em 5.779 km<sup>2</sup> da Capital Federal, o que representa uma densidade demográfica de 463,9 habitantes por quilômetro quadrado. Nesse mesmo período, a população da classe C cresceu em um ritmo mais acelerado no DF, e passou de 765 mil para 1,2 milhões de pessoas, um aumento de 54,3%.

O crescimento absoluto de pessoas na classe C reflete em um aumento percentual dessa classe no total da população: de 35,6% em 2001 para 45,8% em 2011. Esse aumento acompanhou o crescimento observado também para a população brasileira, como pode ser observado na Figura 1. No Brasil, essa classe aumentou aproximadamente 11 pontos percentuais, enquanto, no DF, o crescimento foi um pouco menor, cerca de 10 pontos percentuais.

**Figura 1. Evolução do percentual de pessoas na classe C, no DF e no Brasil.**

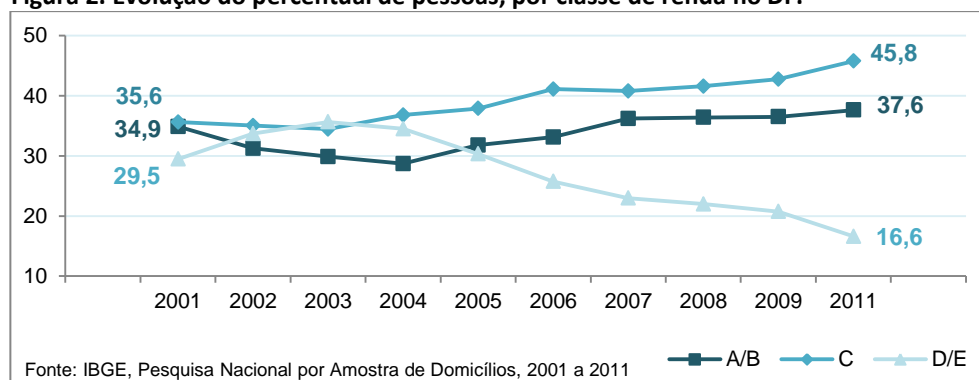


Contudo, o maior percentual de pessoas na classe C no Brasil não indica melhores condições de renda da população nacional, quando comparada com os residentes no Distrito Federal. No Brasil, em 2011, as classes A e B representavam 20,2% da população, enquanto as classes D e E representavam 29,4%. Já no DF, nesse mesmo ano, a soma das classes A e B representavam 37,6% da população, enquanto as classes D e E representavam 16,6%.

A Figura 2 apresenta a evolução das classes A/B, C e D/E entre 2001 e 2011 no Distrito Federal. Observa-se que as classes A e B cresceram 2,7 pontos percentuais, e a classe C 10,2. Por outro lado, as classes D e E apresentaram uma redução de quase 13 pontos percentuais. Nota-se que a população da classe C passa a crescer apenas a partir de 2003, em contraposição ao início da redução no percentual de pessoas nas classes D e E. As classes A e B iniciam seu crescimento apenas a partir de 2004.

Isso possibilita pelo menos duas leituras: maior mobilidade social das classes mais baixas para a classe C do que dessa para as classes superiores e redução expressiva da desigualdade social – embora o DF ainda apresentasse em 2009 a maior taxa de desigualdade social do País em comparação com as outras unidades da federação, com Índice de Gini<sup>2</sup> igual a 0,598.

**Figura 2. Evolução do percentual de pessoas, por classe de renda no DF.**

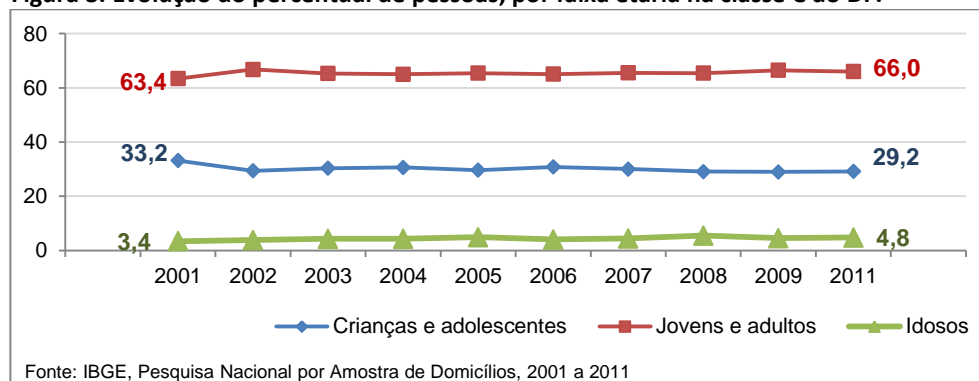


Assim como no País todo, nota-se o envelhecimento da população da classe C do DF, associado à diminuição da taxa de natalidade, como pode ser conferido na Figura 3. De 2001 a 2011, houve um aumento de 2,6 pontos percentuais na população de jovens e adultos – de 18 a 64 anos de idade – e de 1,4 ponto percentual na população de idosos – a partir de 65 anos de idade –, o que corresponde a crescimentos de 4,1% e de 41,3% na participação dessas faixas

<sup>2</sup> O Coeficiente de Gini é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição da renda. Consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (ou seja, todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (ou seja, uma pessoa fica com toda a renda e as demais nada têm). Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimentos (Fonte: IBGE, Pnad 2011).

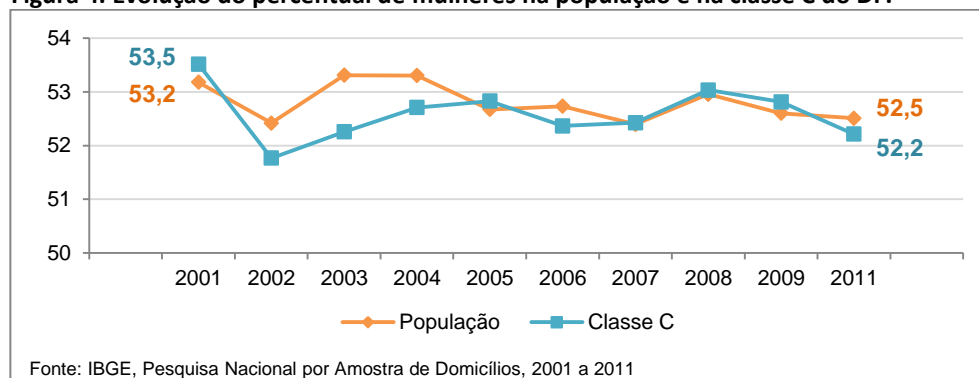
etárias na população total, respectivamente. Já a população de crianças e jovens – até 17 anos de idade – diminuiu 4,0 pontos percentuais, o que corresponde a uma redução de 12,1% na participação de crianças e jovens na população total.

**Figura 3. Evolução do percentual de pessoas, por faixa etária na classe C do DF.**



A questão de gênero corresponde a outra importante característica da população do DF para a análise da evolução da sua classe C. Em grande parte dos municípios brasileiros, as mulheres são a maioria, seja qual for a classe social considerada. No DF, também a maior parte da população era do sexo feminino, embora tenha ocorrido uma redução de 1,3 ponto percentual na participação das mulheres na população total do DF, e uma redução de 0,7 ponto percentual na população da classe C.

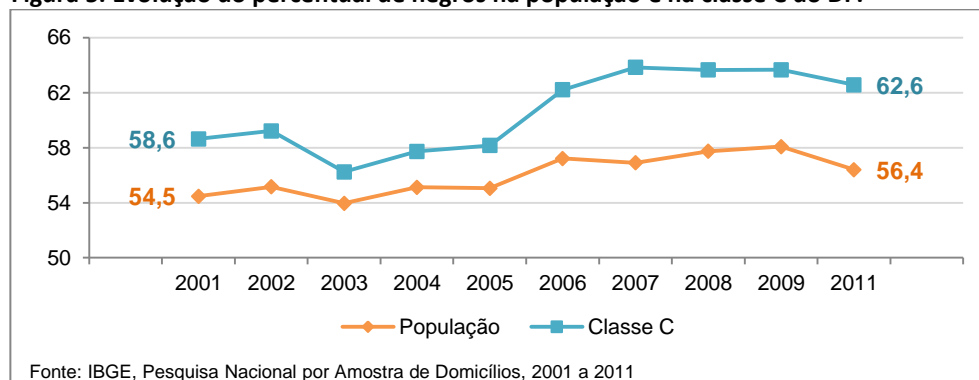
**Figura 4. Evolução do percentual de mulheres na população e na classe C do DF.**



É imprescindível abordar também a questão de raça, principalmente num país em que se concentra a maior população negra fora da África e onde, historicamente, perduram ideias racistas nas instituições governamentais e na sociedade em geral. Entre 2001 e 2011, observa-se

o aumento na proporção de negros<sup>3</sup> no DF. No entanto, enquanto o percentual de negros na população cresceu 1,9 ponto percentual nesse período, na classe C o aumento foi de 4,0 pontos percentuais, atingindo 62,6%, contra 56,4% da população total.

**Figura 5. Evolução do percentual de negros na população e na classe C do DF.**



### Educação

Em quase todas as comparações que podem ser estabelecidas com a população total do DF, nota-se que, na classe C, costumam prevalecer valores piores, com raras exceções. Os indicadores de educação confirmam isso, conforme será apresentado a seguir.

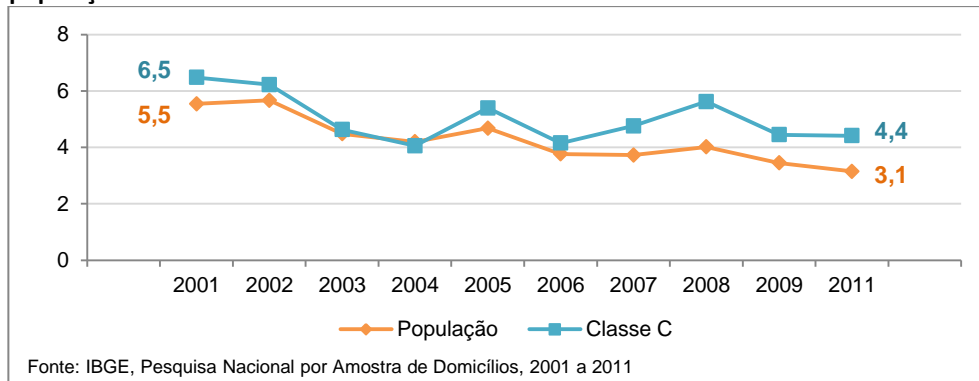
Quanto à alfabetização, a população do DF – assim como a classe C, especificamente – apresentou redução de mais de 2,0 pontos percentuais na taxa de pessoas analfabetas acima de 15 anos, entre 2001 e 2011. À exceção de 2004, ano em que a classe C se assemelhou à população em geral, nos demais anos, a proporção de analfabetos acima de 15 anos se manteve mais alta na classe C (Figura 6).

Em relação ao número de anos de estudo, no período de 2001 a 2011, o percentual de pessoas com até oito anos de estudo diminuiu 11,9 pontos percentuais, mas essas pessoas ainda correspondem a quase metade da população da classe C, ou 48,0%. Já o percentual de pessoas com nove a 12 anos de estudo aumentou em 5,1 pontos percentuais, e o percentual de pessoas com 13 anos de estudo ou mais aumentou 6,8 pontos percentuais (Figura 7). Vale ressaltar que esse crescimento corresponde a um aumento de 150% na participação das pessoas com 13 anos de estudo ou mais na classe C.

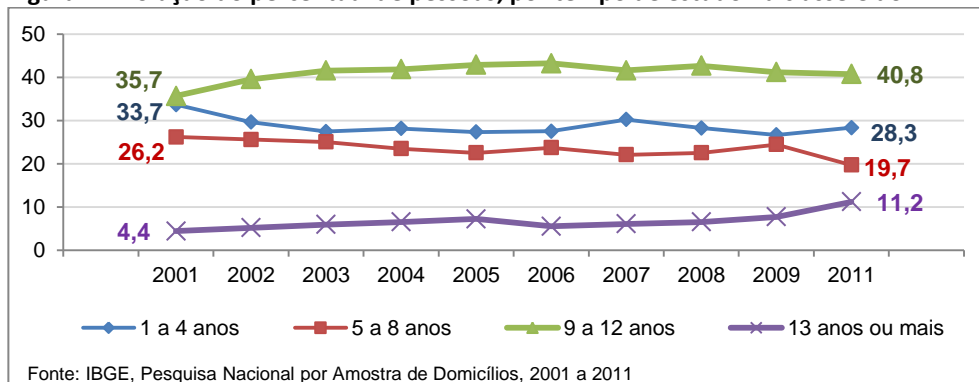
<sup>3</sup> Nas análises realizadas, foram consideradas pessoas negras aquelas que se autodeclararam pretas ou pardas/mulatas, e pessoas não negras aquelas que se declararam brancas ou amarelas. Registros de pessoas que se declararam indígenas ou que não responderam foram excluídos da análise.



**Figura 6. Evolução do percentual de pessoas analfabetas acima de 15 anos na população e na classe C no DF.**



**Figura 7. Evolução do percentual de pessoas, por tempo de estudo na classe C do DF.**



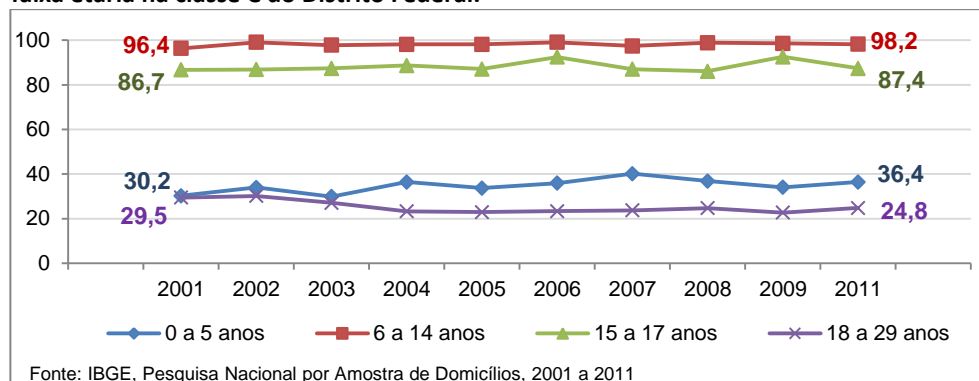
Embora as pessoas da classe C tenham apresentado melhoras nos níveis educacionais, a redução no percentual de pessoas com até oito anos de estudo e o aumento no percentual de pessoas com 13 anos de estudo ou mais na população total do DF nesse mesmo período foram ainda maiores (14,9 e 11,0 pontos percentuais, respectivamente). Esses dados indicam que, apesar do aprimoramento nos níveis educacionais da classe C, essa melhoria ficou aquém daquela ocorrida na população total do Distrito Federal.

Quanto à frequência escolar, no período de 2001 a 2011, houve aumento no percentual de crianças e de adolescentes da classe C frequentando escola ou creche nas faixas etárias de zero a cinco anos de idade, de seis a 14 anos de idade e de 15 a 17 anos de idade. A exceção ocorreu para os jovens da faixa etária entre 18 e 29 anos, cuja frequência à escola diminuiu 4,7 pontos percentuais (Figura 8).

Essa tendência foi semelhante na população total do DF, mas o aumento na frequência escolar das faixas de zero a 17 anos de idade foram maiores, e a redução da faixa de 18 a 29 anos de idade, em pontos percentuais, foi menor. Mesmo apresentando uma evolução menos expressiva que a população total, a classe apresentou um maior percentual de crianças de zero a

cinco anos de idade que frequentavam escola ou creche em 2011 (36,4%, em relação a 35,7% na população total do Distrito Federal).

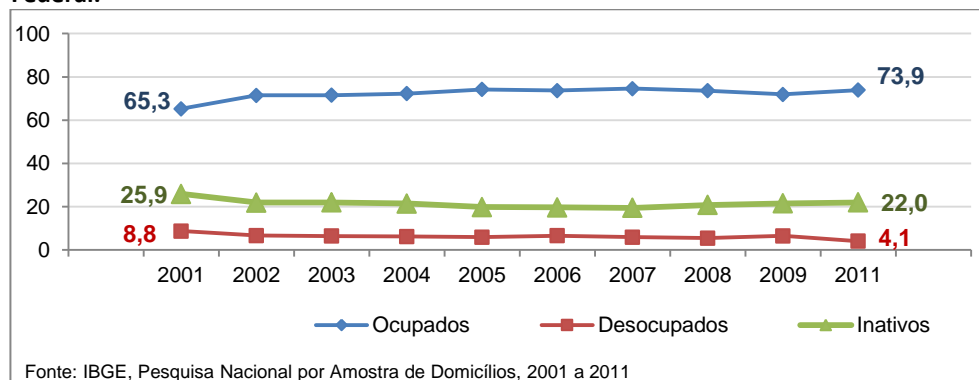
**Figura 8. Evolução do percentual de pessoas que frequentam a escola ou creche, por faixa etária na classe C do Distrito Federal.**



### Trabalho

Em termos de ocupação, o percentual de pessoas da classe C com mais de 18 anos economicamente ativas e ocupadas aumentou em 8,6 pontos percentuais, enquanto que os percentuais de pessoas desocupadas ou economicamente inativas reduziram em 4,7 e 3,9 pontos percentuais, respectivamente (Figura 9). A tendência para a população total de DF foi a mesma. Contudo, o aumento no percentual de pessoas ocupadas (6,9 pontos percentuais) foi menor do que o apresentado pela classe C, e a redução no percentual de pessoas desocupadas (5,4 pontos percentuais) foi maior.

**Figura 9. Evolução da ocupação da população acima de 18 anos na classe C do Distrito Federal.**



## *Condições de domicílio*

O acesso a condições básicas de moradia ainda é um desafio no Brasil. De acordo com o relatório da Agência da Organização das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), *The State of the World's Cities 2010/2011*<sup>4</sup>, há forte correlação entre a precariedade das condições de moradia e baixos indicadores de desenvolvimento humano. No Brasil, foram contabilizados 52 milhões de moradores em assentamentos urbanos precários, com a estimativa de que – mantida a situação atual –, até 2020 serão mais 2,7 milhões de pessoas nessa situação.

A moradia precária pode ser encarada como a materialização das violações aos direitos humanos e sociais básicos, pois a existência de uma ou mais inadequações habitacionais ameaça a saúde, a educação e o acesso às oportunidades de emprego dos moradores. O risco de insegurança alimentar é maior; a chance de conseguir emprego bem remunerado no setor formal é minimizada; a tendência é quase sempre de baixo nível educacional; há mais vulnerabilidade a doenças e mortes precoces.

O Brasil, além de ratificar pactos, convenções e declarações da Organização das Nações Unidas (ONU) que incluem o direito à moradia como parte indissociável para os direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), internalizou, em sua Constituição Federal, no ano de 2000, a moradia entre os direitos sociais mínimos da população (CF, 1988, art. 6º). Em 2001, homologou o Estatuto da Cidade, introduzindo alguns instrumentos para assegurar o direito à regularização fundiária de assentamentos informais, ao cumprimento da função social da propriedade e a cidades sustentáveis. Na última década, a regularização fundiária, a urbanização de favelas, a prioridade da titularidade da moradia a mulheres e idosos nos programas habitacionais, e a melhoria habitacional em quilombos e reservas indígenas podem ser compreendidas como um conjunto de esforços do governo para minimizar o problema da moradia inadequada no País.

Contudo, “moradia adequada” remete a questões de infraestrutura urbana, tais como saneamento básico e iluminação pública. O saneamento básico, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social. É constituído por um “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais”<sup>5</sup>.

---

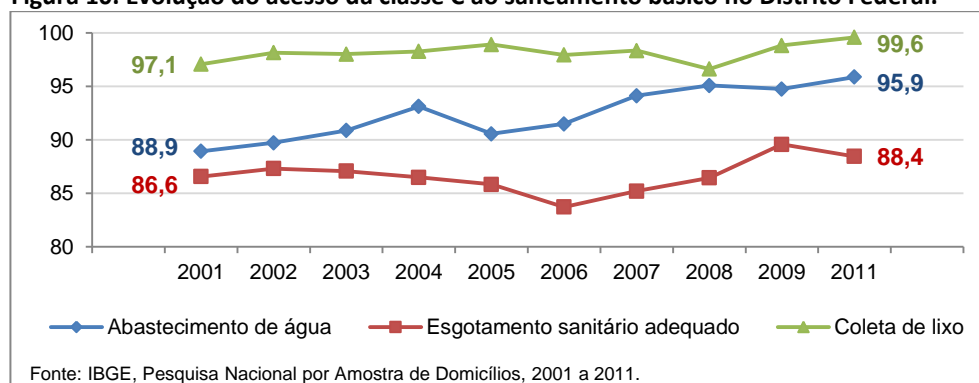
<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.unhabitat.org>. Acesso em 16 jan.2013.

<sup>5</sup> Conforme Lei Ordinária nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 (a “Lei do Saneamento Básico”).

De 2001 a 2011, a partir dos dados da Pnad, a proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos adequados passou de 48% para 60%. Embora tenha sido uma sensível melhora nas condições de moradia da população brasileira, o grau ainda é bastante desigual entre grupos socioeconômicos e regiões do País.

No DF, verifica-se que, durante essa década, houve uma retomada no avanço do abastecimento de água a partir de 2006, atingindo quase todas as moradias brasilienses em 2011 (95,4%); a coleta de lixo, que já mostrava um bom percentual em 2001 (97,2%), melhorou e já atinge também quase 100% das moradias (98,3%); o pior caso é o do esgotamento sanitário adequado, que mostra melhoras principalmente a partir de 2006, mas era acessível a apenas 87,5% dos domicílios em 2011. As condições de saneamento básico da classe C no DF evoluíram de forma semelhante ao padrão observado na população em geral, como mostra a Figura 10.

**Figura 10. Evolução do acesso da classe C ao saneamento básico no Distrito Federal.**



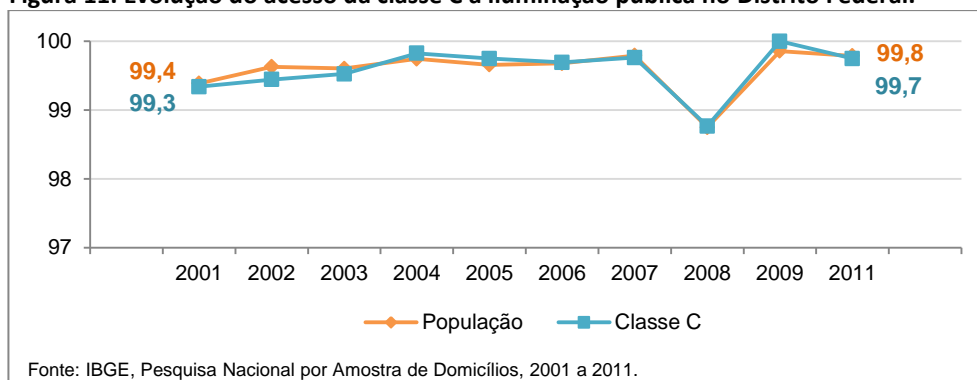
Outro item essencial para se alcançar qualidade das condições de moradia nos centros urbanos é a iluminação pública. Como instrumento de cidadania, esse item contribui para o desenvolvimento social e econômico da população. Sob o ponto de vista constitucional, por se tratar de um serviço que requer o fornecimento de energia elétrica, está submetido, nesse particular, à legislação federal. Porém, a prestação desse serviço público é de competência dos municípios<sup>6</sup>, já que é qualificada como de interesse local<sup>7</sup>.

No DF, entre 2001 e 2011, o percentual da população com acesso à iluminação pública tem se mantido alto, próximo a 100%. Embora a Figura 11 mostre uma queda considerável em 2008 (98,7%), a prestação desse serviço público alcançou quase todas as moradias do DF até 2011.

<sup>6</sup> No DF, dada sua natureza jurídica híbrida – exerce atividades inerentes a estados e municípios – cabe ao Governo do Distrito Federal a prestação desse serviço público.

<sup>7</sup> As condições de fornecimento de energia destinado à iluminação pública no Brasil, assim como ao fornecimento geral de energia elétrica, são regulamentadas pela Resolução ANEEL nº 456/2000.

**Figura 11. Evolução do acesso da classe C à iluminação pública no Distrito Federal.**



### Consumo

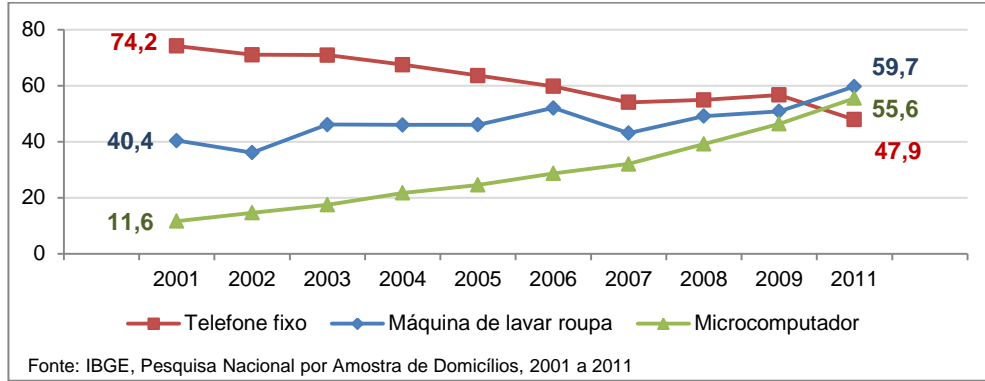
Embora haja, nos dias de hoje, longos debates sobre a sustentabilidade do planeta e o possível impacto ambiental de um consumo exagerado por parte das classes mais ricas da sociedade, nunca a fase final do processo produtivo (precedido pelas etapas da produção, distribuição e comercialização) esteve tão em alta como agora. Inclui-se em um “novo patamar de consumo” – ao lado das classes mais altas – uma faixa considerável da população: a classe C.

A estabilidade econômica, que proporcionou a criação de milhares de novos postos de trabalho, associada à eficiência dos programas de transferência de renda – como o Programa Bolsa Família – aumentou o potencial de consumo dos brasileiros e, principalmente, daqueles pertencentes às classes mais baixas. Conforme levantamento do Instituto Data Popular, em 2010, as classes C e D movimentaram mais recursos do que as classes A e B juntas. Entretanto, apesar da visibilidade da classe C nas estatísticas oficiais, nos noticiários e na mídia em geral, é provável que os resultados econômicos, políticos e culturais da mudança no perfil econômico da população brasileira ainda precisam ser percebidos e compreendidos.

O certo é que o acesso a bens e serviços até então inacessíveis – por estarem restritos às classes A e B – como eletrodomésticos, computadores, telefones celulares, carros, viagens aéreas, pacotes de turismo, vem tornando essa faixa da população, gradativamente, em um gráudo “mercado em potencial”. Como consequência, a classe C vem se tornando público alvo de iniciativas de *marketing* e segmentação de consumo.

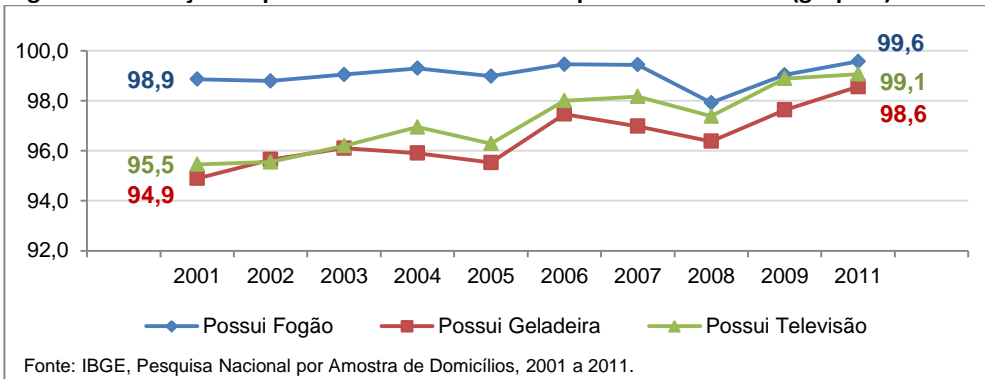
Contudo, os dados não mostram diferenças tão marcantes. Entre 2001 e 2011, o percentual de domicílios com computador, por exemplo – que, na população em geral, teve um acréscimo de 41 pontos percentuais –, na classe C, aumentou 44 pontos percentuais (Figura 12).

**Figura 12. Evolução da posse de eletrodomésticos pela classe C no DF (grupo 1).**



Geladeiras, fogões e televisores perfazem outro conjunto de eletrodomésticos que mostraram acréscimo considerável entre os anos de 2001 e 2011, tanto quando analisada a população em geral como quando analisada a classe C em separado. O percentual de domicílios com televisores, por exemplo, teve um acréscimo de 3,1 pontos percentuais na população total do DF; na classe C, houve um aumento de 3,6 pontos percentuais (Figura 13).

**Figura 13. Evolução da posse dos eletrodomésticos pela classe C no DF (grupo 2).**



Com isso, pode-se considerar que, no DF, de 2001 a 2011, os domicílios da classe C têm adquiridos fogão, geladeira e televisão em uma proporção semelhante à da população em geral. O item mais presente nos domicílios tanto da população geral quanto da classe C é o fogão.

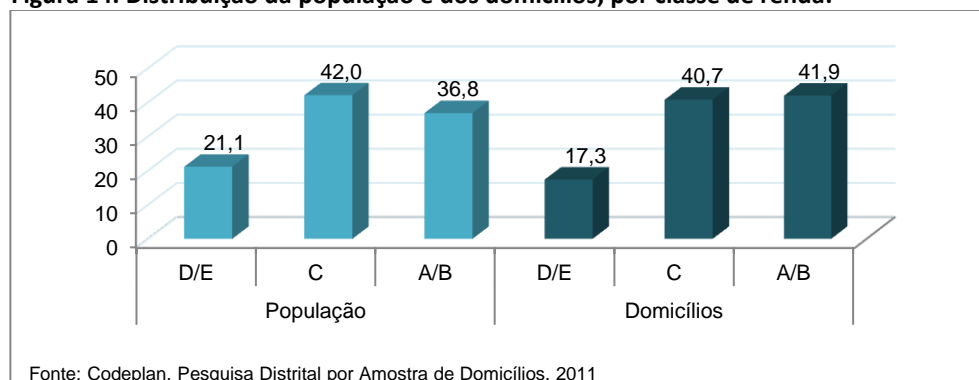
## Situação da classe C no Distrito Federal em 2011

### Dados demográficos

De acordo com os dados da Pdad/Codeplan, do contingente de 2.570.160 pessoas vivendo no DF em 2011, a faixa populacional mais expressiva era a composta pela classe C, com quase metade da população (42,0%), como mostra a Figura 14. É um retrato que revela, de forma metonímica, o que vem ocorrendo em todo o País: um alargamento da faixa populacional da classe C e o conseqüente estreitamento das classes D e E, em resposta a um conjunto de medidas econômicas e políticas sociais de combate à pobreza e extrema pobreza.

A Figura 14 mostra ainda que, embora o percentual de pessoas na classe C fosse o maior no DF em 2011, o percentual de domicílios das classes A e B (41,9%) era o maior entre as classes analisadas. Isso indica que o número de pessoas da classe C residindo em um mesmo domicílio era maior que o de pessoas das classes A e B na mesma circunstância.

**Figura 14. Distribuição da população e dos domicílios, por classe de renda.**



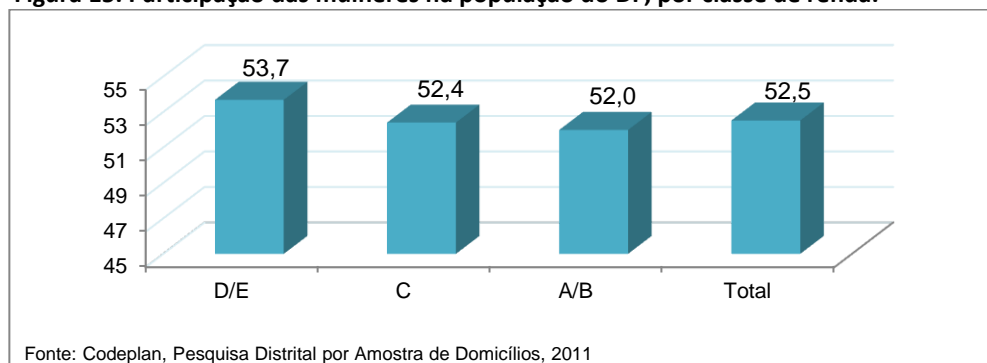
Examinando-se as 30 Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, tem-se que a distribuição das pessoas entre as classes é muito variável: 13 RAs<sup>8</sup> apresentavam maioria de pessoas nas classes A e B; 16 RAs<sup>9</sup>, na classe C; e somente o SCIA/Estrutural apresentou maioria de pessoas nas classes D e E. As RAs com maior percentual de pessoas na classe C eram Samambaia (57,5%), Santa Maria (56,3%) e São Sebastião (55,4%), e com menor eram Lago Sul (0,6%), Lago Norte (2,6%) e Sudoeste/Octogonal (3,5%). O mesmo é observado para o percentual de domicílios (Tabela 2).

<sup>8</sup> Águas Claras, Brasília, Cruzeiro, Guará, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Park Way, Sobradinho, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga e Vicente Pires.

<sup>9</sup> Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SIA, Sobradinho II e Varjão.

Outra característica importante da população brasileira na análise da classe C diz respeito à questão de gênero. Em 2011, o percentual de mulheres na classe C era muito semelhante ao percentual de mulheres na população total do DF, aproximadamente 52,5%. Contudo, vale destacar que esse predomínio da população feminina mostra-se inversamente proporcional à situação econômica mais favorável, ou seja, há uma participação feminina maior nas classes mais vulneráveis em comparação com as demais (Figura 15).

**Figura 15. Participação das mulheres na população do DF, por classe de renda.**



Na classe C de todas as RAs do Distrito Federal, havia a prevalência do sexo feminino, com exceção de Itapoã (47,9%) e Sudoeste/Octogonal (41,7%). É curioso que a primeira constitui-se numa das RAs com mais problemas sociais, enquanto a outra, numa representante das RAs mais ricas. Além disso, o Lago Norte apresentou o maior percentual de mulheres na classe C: 65,5% (Tabela 3). Nota-se também que, em Samambaia e Santa Maria, havia uma alta proporção de mulheres da classe C em relação à população total da Região Administrativa: 30,3% e 28,4%, respectivamente.

Na sequência da abordagem sobre gênero na análise da classe C, torna-se, mais uma vez, necessário abordar também a questão de raça. Com uma leitura complementar entre as Figuras 15 e 16, pode-se verificar que o DF não se isenta do fenômeno que compõe a chamada “tripla discriminação”, sob a qual a maioria das pessoas pobres também é do sexo feminino e da cor negra<sup>10</sup>. No DF, portanto, há o predomínio de pessoas negras tanto na classe C (60,6%) como – e mais ainda – nas classes D e E (67,4%), o que demonstra que a “nova” classe C brasileira mantém proximidade de identidade maior com as classes D e E do que com as A e B.

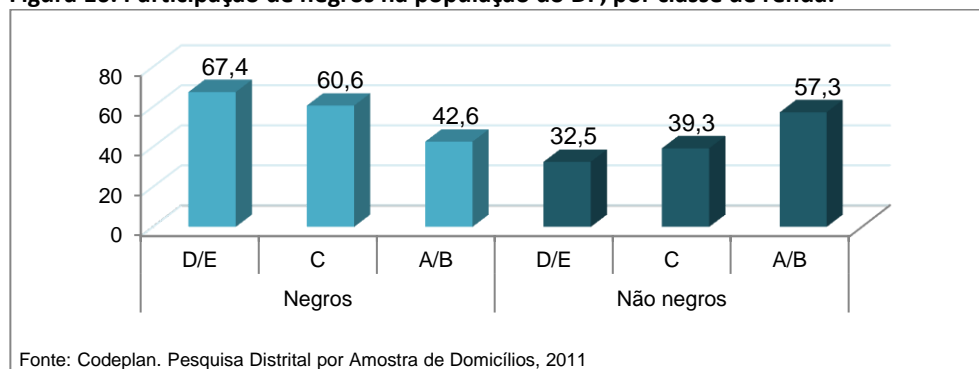
No DF, em 2011, a população negra pertencente à classe C concentrava-se, sobretudo, nas RAs do SCIA/Estrutural (75,8%) e São Sebastião (73,6). Em poucas RAs, a classe C é composta, em sua maioria, por pessoas não negras. As RAs com menor população negra da

<sup>10</sup> BRITO, Benilda R.P. Sociedade: Mulher, negra e pobre – A tripla discriminação. **Teoria e Debate**. Nº 36. Out/nov/dez/1997. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 28 dez.2012.



classe C eram Sudoeste/Octogonal (20,7%) e Lago Norte (20,8%), regiões com maiores percentuais de pessoas e domicílios das classes A e B. Considerando isso, torna-se interessante observar que, no Lago Sul, a região com o maior percentual de domicílios das classes A e B, a classe C é composta, em sua maioria, por negros (57,3%), a mesma proporção encontrada em Ceilândia e Riacho Fundo, onde as condições de vida não são tão favoráveis quanto no Lago Sul (Tabela 4).

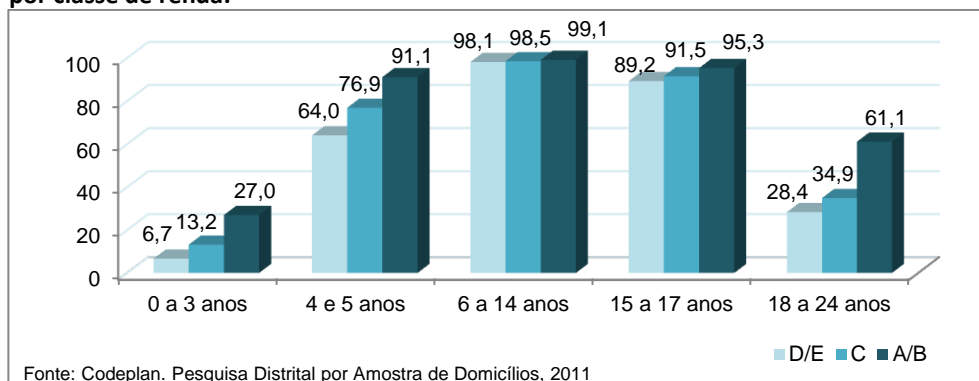
**Figura 16. Participação de negros na população do DF, por classe de renda.**



### Educação

Nota-se que os indicadores da classe C aproximam-se mais das classes mais pobres que das classes com maior renda. O campo da educação confirma isso mais do que qualquer outro, já que, em todas as faixas etárias, o percentual de crianças, adolescentes e jovens que frequentam escola ou creche tende a ser mais parecido com a das classes D e E – com menor percentual de acesso a serviços educacionais – do que com as classes A e B – com maior acesso sempre (Figura 17).

**Figura 17. Percentual de pessoas que frequentavam escola ou creche, por faixa etária e por classe de renda.**



Vale destacar ainda que, nas faixas etárias de seis a 14 anos e de 15 a 17 anos, no entanto, a diferença entre todas as classes mostra-se bem tênue. Tal fenômeno aponta um possível efeito positivo das políticas sociais implementadas nos últimos anos, focalizadas nesse público, principalmente daquelas articuladas com as de educação, como os programas de transferência de renda – que condicionam o recebimento de benefícios financeiros à frequência escolar – e ações de Assistência Social – como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Outro fator que provavelmente tenha contribuído para este resultado é a ampliação da oferta de serviços pela rede pública para a população em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, a frequência de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos à escola revela grave discrepância entre as classes sociais. A frequência dos alunos jovens da classe C no DF corresponde apenas a quase metade (34,9%) do percentual das classes A e B (61,1%) e aproxima-se expressivamente das classes D e E (28,4%). A evasão escolar, nessa faixa etária, sugere que os jovens das classes menos favorecidas veem-se pressionados a abandonar os estudos pela necessidade de buscar qualquer tipo de colocação no mercado de trabalho, submetendo-se, em geral, a empregos informais, precários, que exigem pouca ou nenhuma qualificação e – não raro – a atividades insalubres, arriscadas e mal remuneradas. O problema do abandono dos estudos concentra-se nas classes de renda mais baixas, inclusive na classe C, e deve preocupar educadores e responsáveis pela formulação de políticas sociais.

Pelo demonstrado na figura, é possível detectar que a maior frequência a escolas ou creches da população da classe C, no DF, em 2011, dava-se na faixa etária de seis a 14 anos. Nesse recorte, havia várias RAs onde toda a população dessa idade pertencente à classe C estava frequentando escolas ou creches: Cruzeiro, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Paranoá, SIA, Sobradinho I e II, Sudoeste/Octogonal, sendo que nenhuma das demais apresentava indicador menor que 90%<sup>11</sup>. Na faixa de 15 a 17 anos da classe C, apenas as RAs Brasília, Cruzeiro, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Park Way e SIA apresentavam uma frequência total de alunos da classe C (100%). Por outro lado, há um caso preocupante: o Jardim Botânico, onde quase metade dessa população deixava de frequentar escolas (57,3%) (Tabela 5).

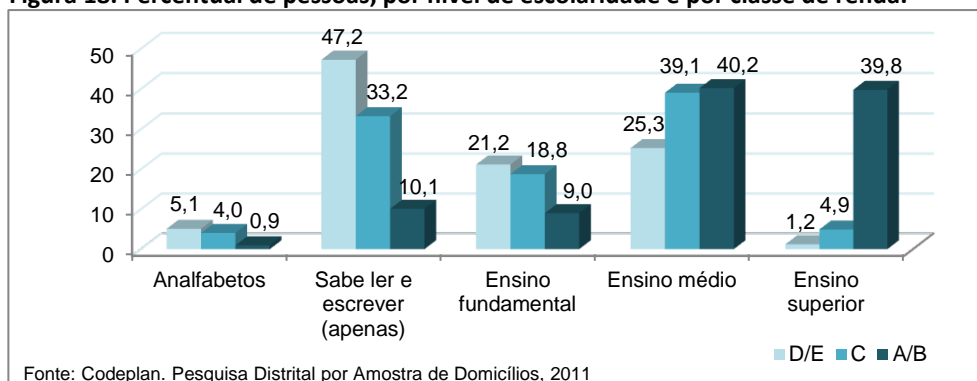
Em relação à escolaridade da população do DF, percebe-se que os percentuais de pessoas por nível de escolaridade na classe C conseguem se afastar um pouco mais das classes de renda mais baixas, principalmente no ensino médio, o qual mostra apenas 1,1 ponto percentual abaixo das classes A e B e 13,8 pontos percentuais acima das classes D e E. Em

---

<sup>11</sup> Exceto Guar4 (89,5%).

contrapartida, no quesito ensino superior, a classe C volta a cair próximo às classes mais baixas e a distância torna-se brutal: as classes A e B (39,8%) revelam um percentual oito vezes maior que a classe C (4,9%), que, por sua vez, mostra um percentual apenas quatro vezes maior em relação ao das classes D e E (1,2%), como mostra a Figura 18.

**Figura 18. Percentual de pessoas, por nível de escolaridade e por classe de renda.**



Ao analisar conjuntamente os dados de frequência escolar e de nível de escolaridade de 2011, é possível verificar o quanto o ensino superior ainda se encontrava inacessível para a grande maioria da população da classe C. Quase 95% das pessoas da classe C ainda não teve acesso, mesmo com a implementação de políticas sociais nessa área, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)<sup>12</sup> e o Programa Universidade para Todos (ProUni), em vigor já há alguns anos<sup>13</sup>.

No DF em 2011, apenas no Sudoeste/Octogonal foi encontrada maior quantidade de pessoas com ensino superior (40,2%). Nas demais RAs, o ensino médio sobrepôs-se ao superior. É interessante observar que, no Lago Sul, a população da classe C dividiu-se igualmente entre esses dois níveis de escolaridade. Mais interessante ainda é notar que o maior percentual de analfabetos na classe C encontra-se no Park Way (7,5%) e Lago Norte (6,0%), aproximando-se de Itapoã e Samambaia (5,8% cada). Somente nas RAs Lago Sul, Sudoeste/Octogonal e Jardim Botânico não há analfabetos computados (Tabela 6).

Embora a maioria das pessoas da classe C apresentasse o ensino médio completo (39,1%) ou apenas soubesse ler e escrever (33,2%), a Tabela 1 mostra que os mais jovens têm se dedicado à escola e apresentaram níveis de escolaridade mais altos em 2011. Na faixa etária de

<sup>12</sup> O Fies foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. As reedições da MP nº 1.827 foram: MP nº 1.865-2, em 29/06/1999; MP nº 1.972-8, em 10/12/1999; e MP nº 2.094-22, em 27/12/2000

<sup>13</sup> O ProUni foi criado pela Lei nº 11.096/2005.

18 a 24 anos, os percentuais de analfabetos ou de pessoas que sabiam ler e escrever apenas eram bem menores do que nas demais faixas etárias, enquanto que o percentual de pessoas com o ensino médio completo é maior. Além disso, na faixa etária de 25 a 39 anos, o percentual de pessoas com ensino superior é maior que nas faixas etárias superiores. Esses dados sugerem que existe uma tendência a melhorar o nível de escolaridade das pessoas da classe C nos próximos anos.

**Tabela 1. Percentual de pessoas da classe C, por nível de escolaridade e por faixa etária.**

	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Analfabetos</b>	0,3	0,7	3,1	17,4
<b>Sabe ler e escrever</b>	11,9	22,2	42,6	62,8
<b>Ensino fundamental</b>	24,5	18,8	19,7	10,0
<b>Ensino médio</b>	59,7	50,5	30,3	8,3
<b>Ensino superior</b>	3,5	7,8	4,4	1,5

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2011.

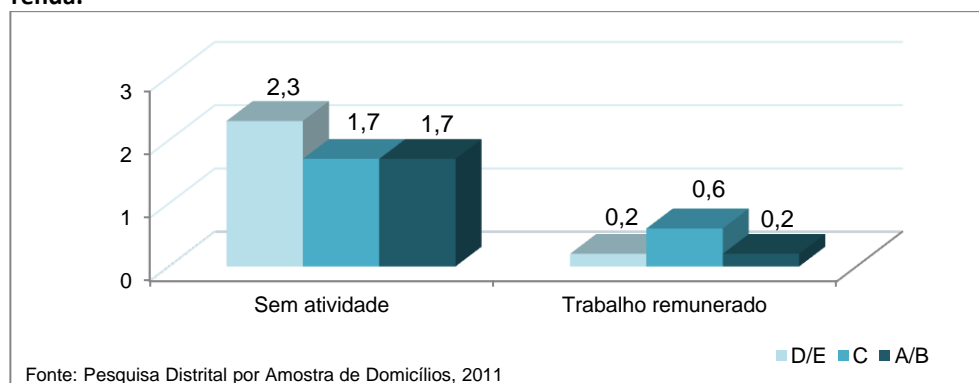
### *Trabalho*

Em alguns aspectos, a classe C apresentava percentuais próximos ou até idênticos aos apurados nas classes A e B. É o caso da incidência ou não de trabalho na população de 10 a 15 anos. O percentual de pessoas nessa faixa etária que não tinham qualquer atividade em 2011 – nem se dedicavam a alguma atividade remunerada, nem estudavam – é igual nas classes A e B e na classe C (1,7%), distanciando-se das classes D e E (2,3%). Ao se investigar a situação da atividade dessa população, pode-se verificar que o DF está prestes a erradicar o trabalho infantil em seu território. Os resultados apurados em todas as classes sociais revelam percentuais inferiores a 1% nessa faixa etária, em todas as classes de renda (Figura 19). As crianças e adolescentes da classe C com trabalho remunerado residiam, em sua maioria, em Ceilândia e Samambaia. Contudo, mais de 97% dessas crianças e adolescentes eram estudantes em 2011, ou seja, estavam, de alguma forma, inseridos no sistema educacional.

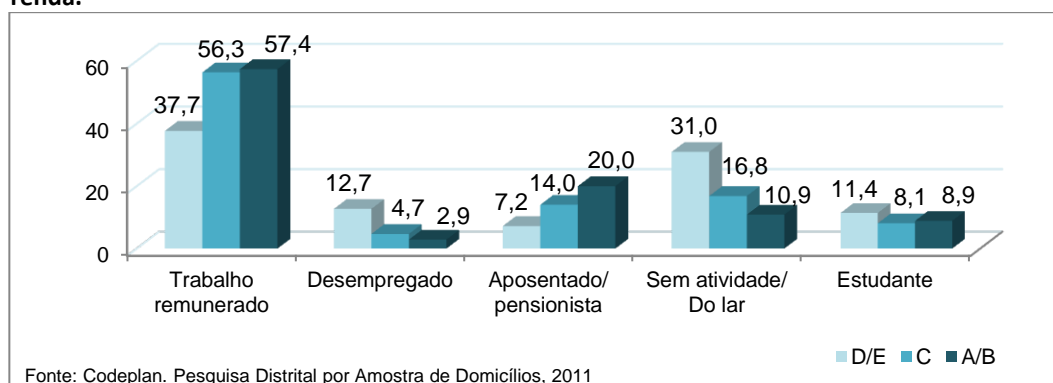
Quanto à situação da atividade de pessoas com 16 anos ou mais, idade a partir da qual é permitido o trabalho, a Figura 20 mostra que a classe C apresenta um pouco mais da metade das pessoas com trabalho remunerado (56,3%) e percentual reduzido de pessoas desempregadas (4,7%) e sem atividade ou do lar (16,8%) quando comparada às classes D e E (que apresentam 12,7% e 31,0%, respectivamente). É interessante observar que, em todas essas categorias da situação de atividade, a classe C tende a se aproximar mais das classes A e B em detrimento das D e E. Vale registrar também que o número de jovens e adultos com atividades

de estudo contínuo e sistemático na classe C é o menor entre todas as classes sociais (apenas 8,1% dessa classe social declararam-se como estudantes).

**Figura 19. Percentual de pessoas de 10 a 15 anos, por situação de atividade e classe de renda.**



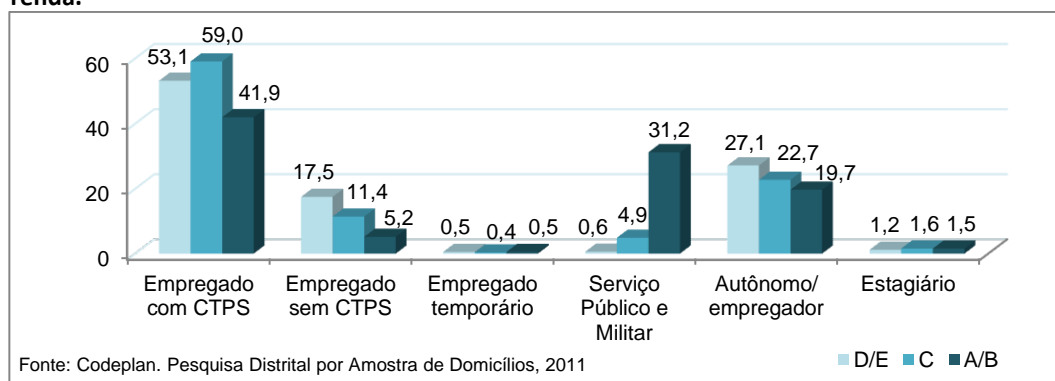
**Figura 20. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais, por situação de atividade e classe de renda.**



Vale registrar que, em 2011, não havia uma RA sequer com indicador maior que 10% de pessoas da classe C sem atividade; o maior era de 8,9% no Recanto das Emas. Já sobre pessoas da classe C com trabalho remunerado, a maioria das RAs apresentou percentual igual ou superior a 50%; somente Lago Sul (25,4%), Lago Norte (41,9%) e Sudoeste/Octogonal (46,9%) ficaram abaixo desse percentual. O Lago Sul merece novamente uma observação, pois é lá onde foi contabilizado – disparadamente – o maior número de aposentados: 49,2%, sendo que o restante da população da classe C naquela RA divide-se nas categorias: “trabalho remunerado” (25,4%, como já visto) e “do lar” (25,4%). Em 2011, grande parte dos estudantes concentrava-se em Brasília (16,2%) e Lago Norte (15,9%). Águas Claras apresentou o maior percentual de desempregados: 10,3%. No Lago Norte e no Lago Sul, não foi registrado nenhum desempregado na classe C (Tabela 7).

Dependendo da situação da atividade desenvolvida, o trabalho pode ser classificado como formal ou informal. Para ser considerado formal, é necessário que haja concordância a uma série de leis que se referem ao trabalho e às atividades econômicas, dentre as quais o registro do empregado com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Esse registro dá ao empregado a oportunidade de acessar os direitos trabalhistas consagrados pela Constituição Federal, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílios-desemprego, férias remuneradas, auxílio-doença, décimo-terceiro salário. Em comparação com as demais classes sociais, a classe C apresenta o maior percentual (59,0%) de empregados formais, e um percentual mediano de empregados informais, sem registro de trabalho (11,4%), conforme mostra a Figura 21. Outro fato positivo detectado na classe C é o empreendedorismo: são 22,7% de autônomos e empregadores, um percentual que supera o das classes A e B. Os empregados temporários e os estagiários apresentam percentuais irrelevantes em todas as classes sociais no DF. Pode-se constatar, por fim, que ainda é pouco acessível à classe C o serviço público e militar (4,9%), principalmente quando comparado às classes A e B (31,2%).

**Figura 21. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais, por posição na ocupação e classe de renda.**

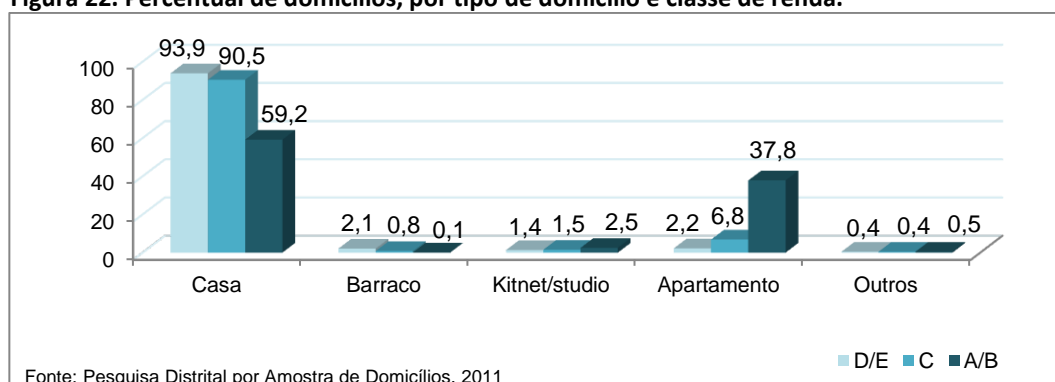


Na maioria das RAs, o percentual de empregados com CTPS era maior que 50%, com exceção de Varjão (48,8%), Jardim Botânico (43,2%) e Lago Sul (0,0%). É interessante observar que todas as pessoas da classe C com ocupação que residiam no Lago Sul eram autônomas ou empregadoras. Em relação ao empregado informal, embora os percentuais fossem baixos na maioria das RAs, ainda era preocupante a situação apresentada em Planaltina e São Sebastião, onde o percentual de empregados sem CTPS era maior que 15%. E, embora os servidores públicos e militares da classe C representassem somente 4,9% dessa população, o Sudoeste/Octogonal se destaca com 40,0% das pessoas ocupadas da classe C no serviço público ou militar (Tabela 8).

## Condições de domicílio

É histórico o enorme déficit habitacional no Brasil e o enfrentamento desse problema requer dos formuladores de políticas públicas subsídios técnicos eficazes. Esse aspecto acentua-se sobremaneira no DF, por suas características peculiares de apropriação da terra, arquitetura e urbanismo, política habitacional relacionada à distribuição indiscriminada de terrenos, tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade<sup>14</sup>, entre outros fatores. Com o alargamento da faixa relativa à classe C, provavelmente há uma crescente expectativa para se adquirir imóveis para serem usados como domicílio. No DF, pode-se constatar que o tipo de domicílio predominante em todas as classes sociais em 2011 ainda era a casa. Em contrapartida, a grande maioria dos apartamentos era ocupada pelas famílias das classes A e B (37,8%). A figura 22 evidencia que as famílias da classe C vivem em casas (90,5%), o que mostra uma identificação maior, também nesse aspecto, com as classes D e E (93,9%).

**Figura 22. Percentual de domicílios, por tipo de domicílio e classe de renda.**

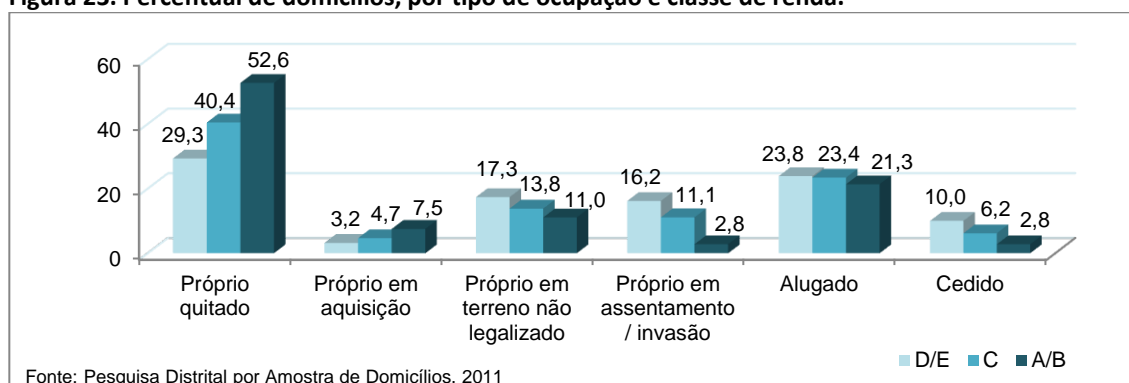


Em 2011, dentre as RAs, não havia casas ocupadas pela classe C como domicílio apenas no SIA e Sudoeste/Octogonal. Nas demais, casa só não era maioria dos domicílios da classe C nas RAs: Cruzeiro (21,8%), Brasília (38,8%) e Núcleo Bandeirante (47,3%). Como era de se esperar, a ocupação de apartamento pela classe C batia recorde na RA Sudoeste/Octogonal (92,2%). Em seguida, vem o Cruzeiro, com 76,2% e SIA, com 46,7%. A RA Brasília aparece em quinto lugar nesse quesito, com 43,9%. SIA aparece como a RA onde há mais domicílios em quitinete ou *studio*, com 26,7%. Em barraco, foram detectados domicílios da classe C no SCIA/Estrutural (11,6%), Varjão (9,0%) e Park Way (6,0%). Já, na categoria “outros”, que inclui cômodo, flat e uso misto, há um número significativo de domicílios apenas no SIA (26,7%). Em Águas Claras, há somente 2,1% e em São Sebastião, 1,8%. Nas demais, esse indicador é igual a 1,0% (Itapoã) ou menor que isso (todas as outras) (Tabela 9).

<sup>14</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 1987.

O estabelecimento de metas para o enfrentamento do problema habitacional no DF parece, dessa forma, requerer a conjunção de esforços com a construção de mecanismos de maior precisão na análise de empreendimentos habitacionais. Sobre as propriedades de imóveis no DF, é possível afirmar que a desigualdade entre as classes sociais pode ser considerada bastante alta: enquanto cerca de 60% das famílias das classes A e B têm imóvel próprio (quitado ou em aquisição), cerca de 50% das famílias da classe C vivem em domicílios localizados em terrenos não legalizados, em assentamentos ou invasões ou imóveis alugados (Figura 23).

**Figura 23. Percentual de domicílios, por tipo de ocupação e classe de renda.**

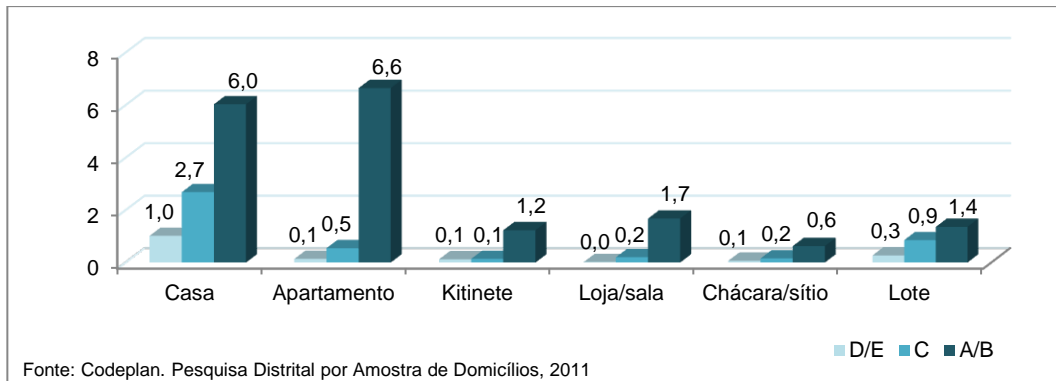


Entretanto, é possível constatar que o tipo de ocupação dos imóveis está mais associado à história de ocupação de cada uma das RAs, do que com a classe de renda. Nesse sentido, percebe-se que no SCIA-Estrutural, no Jardim Botânico, em Vicente Pires, em Itapoã, no Paranoá, em São Sebastião e em Planaltina, mais de 50% dos domicílios, independentemente da classe, está em terreno não legalizado, assentamento ou invasão. Já no SIA, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga e Lago Sul, não existem domicílios nessa condição. Da mesma forma, os imóveis funcionais se concentram no Cruzeiro e em Brasília (Tabela 10).

Além desses aspectos, a conquista de um segundo imóvel provavelmente tem despertado o interesse da classe C em todo o País. Porém, no DF, apenas 2,7% das famílias componentes da classe C conseguiram adquirir uma casa além daquela que usa como domicílio. Já na população das classes A e B esse percentual é de 6,0%. Se, ao invés de casa, for tomado o apartamento como elemento de análise, a discrepância é ainda maior: tem-se que apenas 0,5% da população da classe C possui um imóvel desse, enquanto 6,6% da população das classes A e B possuem um ou mais apartamentos além do utilizado para moradia. A discrepância segue também em todos os outros tipos de imóveis: quitinete, loja/sala, chácara/sítio e lote (Figura 24).



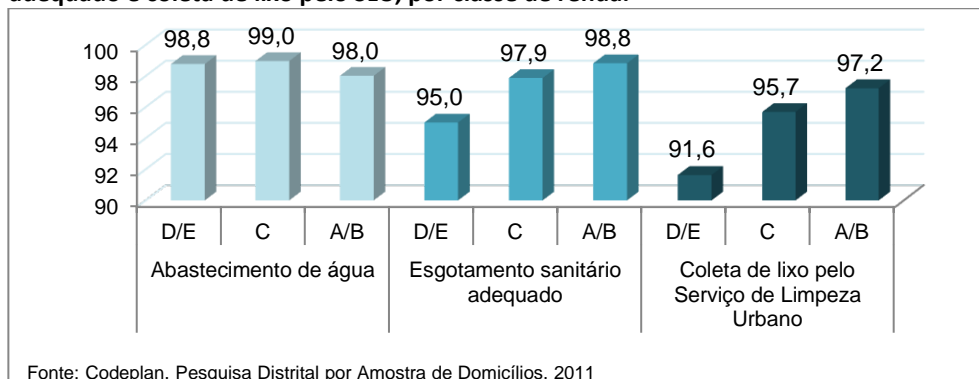
**Figura 24. Percentual de famílias que possuem outros imóveis, por tipo de imóvel e classe de renda.**



Nas RAs onde foram catalogados domicílios da classe C com posse de outro imóvel, destacam-se: Cruzeiro, onde 4,0% possuíam outro apartamento e 1,0%, quitinete; e SIA, onde 14,3% possuíam casa.

Outro item importante na análise das classes de renda remete a alguns serviços públicos essenciais para o domicílio. Acesso à água potável, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo pelo serviço de limpeza formam um conjunto de necessidades básicas a serem atendidas pelo Estado a fim de garantir o desenvolvimento pleno de uma população. No DF, esse conjunto pode se dar por quase solucionado, pois, em nenhuma das três necessidades elencadas, seja em qual classe for, há um percentual abaixo de 90% de atendimento. Mesmo assim, a diferença nesse atendimento entre as classes de renda ainda é perceptível. Com exceção do abastecimento de água, que atende mais de 98% de todos os domicílios, independentemente da classe, algumas ações ainda se fazem necessárias para que o atendimento sanitário e a coleta de lixo sejam realmente universais (Figura 25).

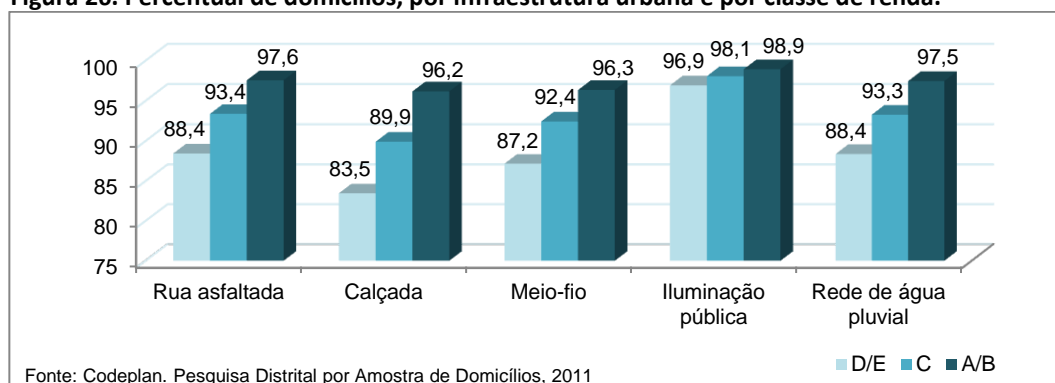
**Figura 25. Percentual de domicílios com acesso à água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo pelo SLU, por classe de renda.**



A mesma análise realizada para o tipo de ocupação é observada para os domicílios atendidos por esses serviços públicos essenciais, que dependem mais da história de ocupação de cada uma das RAs do que das classes de renda. O abastecimento de água por rede geral é praticamente universal em todas as RAs, com exceção do Jardim Botânico, Sobradinho II e Lago Norte, onde grande parte dos domicílios é abastecida por água proveniente de poços artesianos. O mesmo ocorre com o serviço de coleta de lixo: somente no Jardim Botânico, Vicente Pires, Ceilândia, Park Way e Paranoá existe um percentual maior de domicílios sem esse serviço. No que se refere ao esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa asséptica), é possível verificar algumas diferenças entre as classes de renda, mas apenas nas RAs onde há problemas de coleta de esgoto: no SCIA-Estrutural, Vicente Pires, Águas Claras e Ceilândia, o percentual de domicílios cujo esgoto é coletado por fossa rudimentar é maior nas classes E/D e C (Tabela 11).

Aspectos da infraestrutura urbana também devem ser levados em consideração em análises sobre as classes de renda. Como geralmente ocorre, a classe C aparece em posição intermediária entre as classes A/B e D/E em todos estes aspectos: rua asfaltada, calçada, meio-fio, iluminação pública e rede de água pluvial. O serviço mais abrangente dentre os aspectos analisados é a iluminação pública, que consegue atender mais de 96% da população, de todas as classes. Por outro lado, o serviço de infraestrutura urbana com menor atendimento à classe C é a construção e manutenção de calçadas (apenas 89,9%). Esse é o item que apresenta também maior grau de disparidade entre as classes mais altas e as mais baixas: 12,7 pontos percentuais (Figura 26).

**Figura 26. Percentual de domicílios, por infraestrutura urbana e por classe de renda.**



Em algumas RAs, como Ceilândia e Vicente Pires, foi averiguada a ausência integral de serviços de infraestrutura urbana, como asfalto, calçada e iluminação pública em alguns domicílios. Rua asfaltada ainda era um problema a ser resolvido para os moradores da classe C no Park Way (59,6%) e Lago Norte (78,1%). Park Way também aparece disparado como a RA que

menos tinha calçada (35,7%) e que menos era atendida pela rede pluvial (59,6%). Já a iluminação pública pode ser destacada como o item com menos problemas, pois todas as RAs contavam com pelo menos 90% dos domicílios da classe C dispondo desse serviço público (Tabela 12).

### *Consumo*

A pesquisa produzida pela SAE/PR<sup>15</sup> aponta para uma participação significativa da classe C tanto na renda das famílias quanto no seu consumo, para além dos níveis já intermediários de renda e elevada representatividade na população. E, embora o grau de concentração de renda no Brasil ainda seja alarmante, essa fatia da população chega a responder por 42% da renda e do consumo de todas as famílias brasileiras. A pesquisa ainda indica que, no contexto mundial, o Brasil é o quinto País mais populoso e representa o oitavo mercado consumidor. É interessante observar que, caso a classe C brasileira fosse um país, ela seria o 12º mais populoso, logo depois do México. Seria ainda o 18º mercado consumidor mundial, imediatamente depois da Rússia, Argentina e Turquia e à frente da Holanda e Suíça.

Mas, nesse horizonte, já aparecem algumas contrariedades. Os estímulos do governo ao crédito e ao consumo para ajudar a empurrar a atividade econômica parecem esbarrar na pobreza de planejamento financeiro, nos juros altos, na facilidade excessiva para obter crédito, como avaliou o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2012<sup>16</sup>.

Na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE 2008/2009), a compra de carros (por financiamento ou consórcio) surge como a principal razão do alto endividamento da classe C: despesas com a prestação do veículo e outros gastos (documentação, seguro e manutenção) representam 27,6% das compras a prazo dessa fatia da população e, em seguida, a compra de imóveis e os gastos com reformas (18,5%).

Contudo, projeções econômicas, como a realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2012, apontam que a classe C chegará a constituir 60% da população brasileira em 2014, com mais poder de compra do que as classes A e B juntas<sup>17</sup>.

---

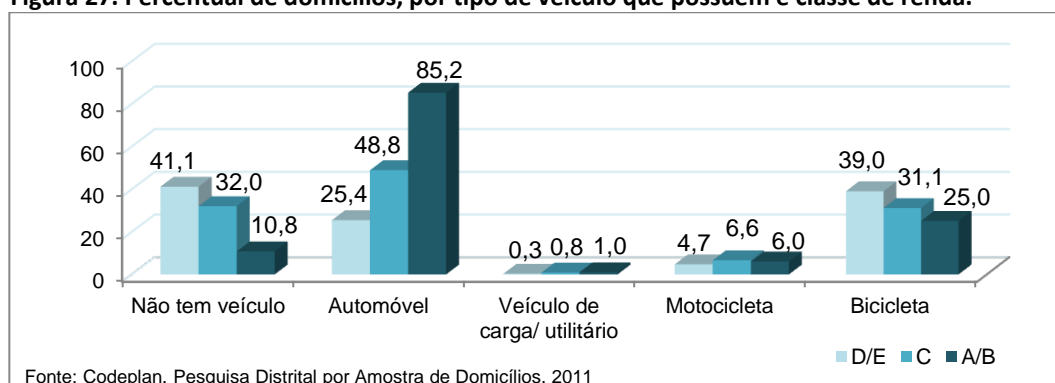
<sup>15</sup> *Vozes da Classe Média - É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas* (set/2012).

<sup>16</sup> **Survey Brazil: Higher Savings and Investment Needed to Sustain Expected Recovery**. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 15 jan.2013.

<sup>17</sup> "De Volta ao País do Futuro: Projeções, Crise Europeia e a Nova Classe Média Brasileira". Disponível em [www.cps.fgv.br](http://www.cps.fgv.br). Acesso em 18 jan.2013.

Em termos gerais, não se pode negar que o potencial de consumo da classe C aumentou consideravelmente nos últimos anos. Todavia, isso ainda não foi suficiente para alterar a quantidade de domicílios no DF que conseguiram adquirir alguns bens e serviços, comumente restritos às classes superiores. Esse é o caso da aquisição de veículos. A Figura 27 mostra que, enquanto nem metade dos domicílios da classe C possuía automóvel (48,8%), quase 90% dos domicílios das classes A e B possuíam esse tipo de veículo. A classe C só conseguia ultrapassar as classes mais altas na posse de motocicletas e bicicletas (Figura 27).

**Figura 27. Percentual de domicílios, por tipo de veículo que possuem e classe de renda.**



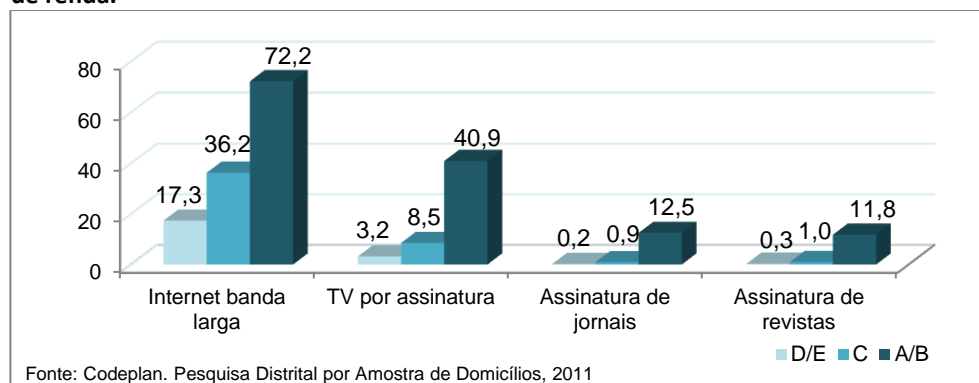
Dentro das RAs que compõem o Distrito Federal, também é possível constatar grandes disparidades reproduzidas entre as classes de renda. Os domicílios visitados pelos pesquisadores da Codeplan (PDAD 2011) revelam que, no Park Way – a RA que apresentou maior distanciamento entre as classes –, apenas 1% das classes A e B não possuía nenhum tipo de veículo, contra 30% da classe C. Em Águas Claras – outra RA que mostrou grande desigualdade – apenas 6% dos domicílios das classes A e B não possuíam veículo, contra 34% da classe C. Em ambas, há quase 30 pontos percentuais de diferença. Nesse item de consumo, algumas outras RAs também apresentaram disparidades elevadas entre as classes C e A/B. Em pontos percentuais, são estas: Samambaia (26,6), Santa Maria (26,3), Paranoá (23,7), Varjão (22,8), Riacho Fundo (21,4) e Lago Norte (21,1).

É interessante observar que, somente no SCIA-Estrutural, o percentual de domicílios da classe C que não possuíam qualquer tipo de veículos (25,0%) era menor do que os das classes A e B (39,9%). E, embora haja essa disparidade entre as classes na posse de veículos, é importante ressaltar também que, apenas no SCIA-Estrutural, o percentual de domicílios da classe C que possuía automóvel era menor que 40%, e que, em sete RAs, esse percentual era maior que 60%: Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Vicente Pires, Lago Norte, SIA e Brasília (Tabela 13). Esse dado não é surpreendente, considerando que a frota de veículos do DF era composta

de 1,03 milhão de automóveis em 2011, de acordo com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal<sup>18</sup>.

Além da posse ou não de veículos, são detectados outros itens de consumo pelos quais a classe C ainda não conseguiu se aproximar das classes mais altas. A contratação de serviços residenciais, por exemplo, é um deles: 57,5% dos domicílios da classe C não possuíam qualquer tipo de serviço contratado, enquanto o percentual de domicílios das classes A e B nessa condição não atingia 20%. A TV por assinatura mostra uma diferença gritante: eram 40,9% dos domicílios das classes A/B contra apenas 8,5% da classe C. A desigualdade nos percentuais persiste ainda na assinatura de jornais e revistas, o que, provavelmente, prejudica o acesso dessas famílias à cultura, de uma forma geral (Figura 28).

**Figura 28. Percentual de domicílios, por tipo de serviço domiciliar que possuem e classe de renda.**



Dentro das RAs, existem grandes diferenças entre as classes C e A/B, destacadamente no Park Way, onde há uma distância de quase 45 pontos percentuais entre os domicílios que possuíam TV por assinatura. A diferença entre as RAs também é grande. Enquanto os percentuais de domicílios da classe C que não possuíam qualquer dos serviços mencionados ultrapassavam os 70% em Itapoã, Varjão, SCIA/Estrutural e Águas Claras, esse percentual era de apenas 11,2% no Lago Norte. Em relação à TV por assinatura, o percentual de domicílios da classe C com esse serviço não atingia 3% no SCIA/Estrutural, no Riacho Fundo II e no Varjão, e ultrapassava 60% no Lago Norte e no Sudoeste/Octogonal (Tabela 14).

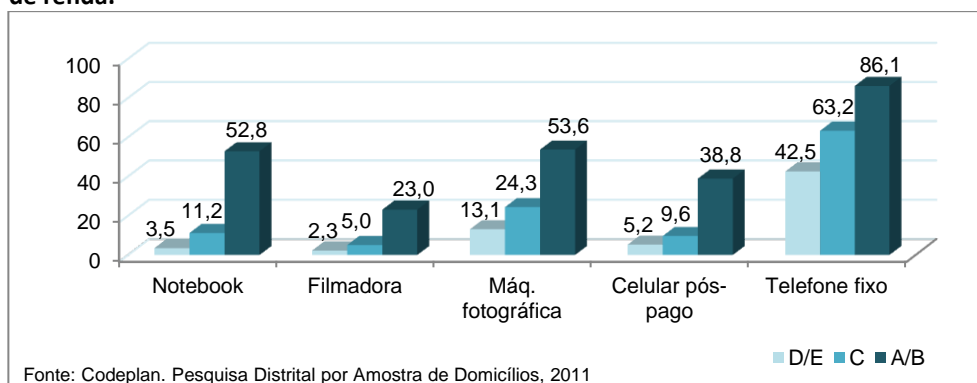
É notório ainda que os produtos e serviços de informática ganharam força junto a essa população e, atualmente, uma das principais demandas da classe C é estar conectado. E, nesse aspecto, a Figura 28 mostra que, embora a classe C tivesse um maior acesso à internet banda larga em comparação com os demais serviços, o abismo ainda era enorme entre as classes:

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.detran.df.gov.br>. Acesso em 23 jan.2013.

enquanto 72,2% dos domicílios das classes A e B possuía internet banda larga, apenas 36,2% dos domicílios da classe C possuía esse serviço. Dentro das RAs, as diferenças entre as classes C e A/B são maiores em Águas Claras e no Park Way: mais de 45 pontos percentuais. Entre as RAs, o percentual de domicílios da classe C com internet banda larga é menor que 25% em Itapoã, Varjão, SCIA/Estrutural e Águas Claras, e maior que 70% no Lago Sul, Lago Norte e Brasília.

Ao contrário do que tem veiculado a mídia nos últimos tempos, sobre o fato de que a classe C, em ascensão e ávida por consumo, já teria realizado todos seus “sonhos de consumo” – adquirindo eletrodomésticos, eletrônicos, carro e casa própria –, a PDAD 2011 aponta que a classe C do DF ainda precisa de algum tempo para alcançar um patamar de consumo próximo das classes mais altas. Itens sofisticados ou com tecnologia mais avançada em posse da classe C chegam a distanciá-la 41,6 pontos percentuais das classes A/B: é o caso do notebook, por exemplo. Enquanto a maioria dos domicílios pertencentes às classes A/B dispunham de computadores portáteis, apenas 11,2% da classe C puderam adquirir algum modelo desse item disponível no mercado. A quantidade de outros itens eletroeletrônicos se mostra muito aquém dos percentuais verificados nas classes A e B, como filmadora, máquina fotográfica, celular pós-pago e telefone fixo, com diferenças de 18,0, 29,3, 29,2 e 23,0 pontos percentuais respectivamente (Figura 29).

**Figura 29. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodomésticos que possuem e classe de renda.**

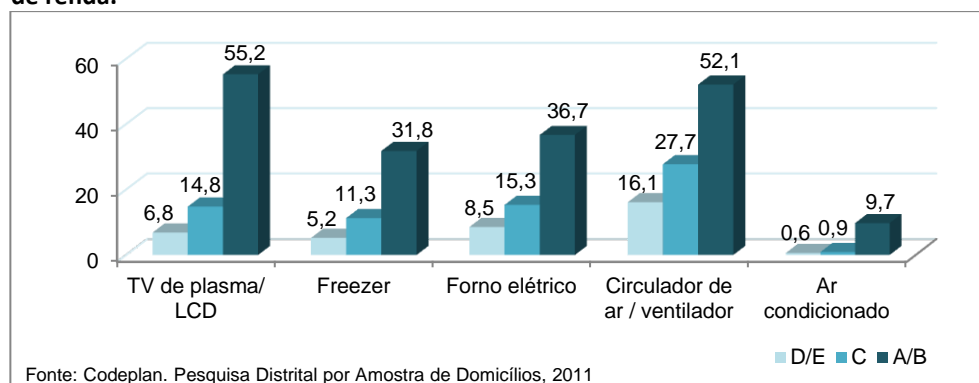


Desmembrando a análise por RA, observa-se que, mais uma vez, a disparidade maior entre as classes fica por conta do Park Way e do Jardim Botânico, onde mais de 80% dos domicílios pertencentes às classes A e B possuíam notebook, e os da classe C, apenas 23,9%, o que resulta em quase 60 pontos percentuais de diferença entre a classe C e as superiores. É interessante notar ainda que, excepcionalmente, há uma inversão considerável: no SIA, 35,7% da classe C tinham notebook, contra apenas 12,5% dos domicílios das classes A e B. Entre as RAs, a diferença é ainda maior. Enquanto menos de 5% dos domicílios da classe C do Riacho

Fundo II e do SCIA/Estrutural possuíam notebook, mais de 45% possuíam no Lago Norte, Lago Sul, Brasília e Sudoeste/Octogonal (Tabela 15).

O mesmo ocorre com outros itens de tecnologia avançada, como a TV de plasma/LCD, cuja diferença entre a classe C e as classes A/B chega a 40,5 pontos percentuais. A diferença também é grande quando examinados outros itens – nem tão sofisticados, tampouco que requerem tecnologia de ponta –, como freezer (20,5), forno elétrico (21,4), ventilador (24,4) e ar condicionado (8,8). Esses equipamentos, para grande parte dessa faixa da população brasiliense, parecem não poder ainda ser riscados da lista dos “sonhos de consumo” (Figura 30).

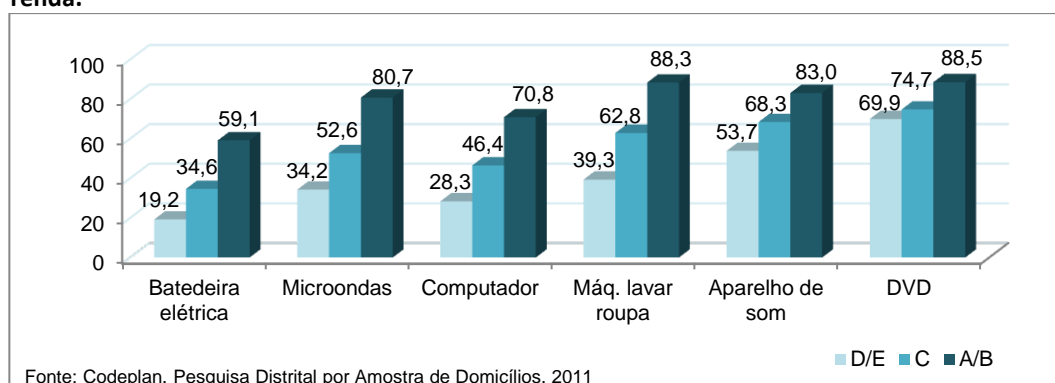
**Figura 30. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda.**



Dentro de cada uma das RAs, as maiores diferenças entre a classe C e as classes superiores se encontram no Park Way, para a TV de plasma/LCD e para o freezer, com diferenças de 60,7 e de 55,4 pontos percentuais. Águas Claras também apresentou diferenças entre classes, principalmente na posse de TV de plasma/LCD e de ventilador (54,6 e 35,3 pontos percentuais respectivamente). No Lago Sul, as maiores diferenças estão na posse de forno elétrico e de ar condicionado (75,4 e 41,2, respectivamente). Entre as RAs, o Largo Norte apresentou os maiores percentuais de domicílios que possuíam TV de plasma/LCD (66,9%), ventilador (55,6%) e ar condicionado (22,5%). Em contraposição, apenas 5,8% dos domicílios da classe C em Planaltina possuíam TV de plasma/LCD, e nenhum domicílio da classe em Itapoã, Riacho Fundo II, SIA, Lago Sul e Jardim Botânico possuíam ar condicionado (Tabela 15).

No rol das disparidades entre as classes C e A/B, ainda podem ser destacados produtos mais simples, como a batedeira elétrica (24,5 pontos percentuais de diferença), o micro-ondas (28,1), a máquina de lavar roupas (25,5), o aparelho de som (14,7) e o DVD (13,8), como se vê na Figura 31. Vale destacar ainda que nem metade dos domicílios da classe C possuía computador.

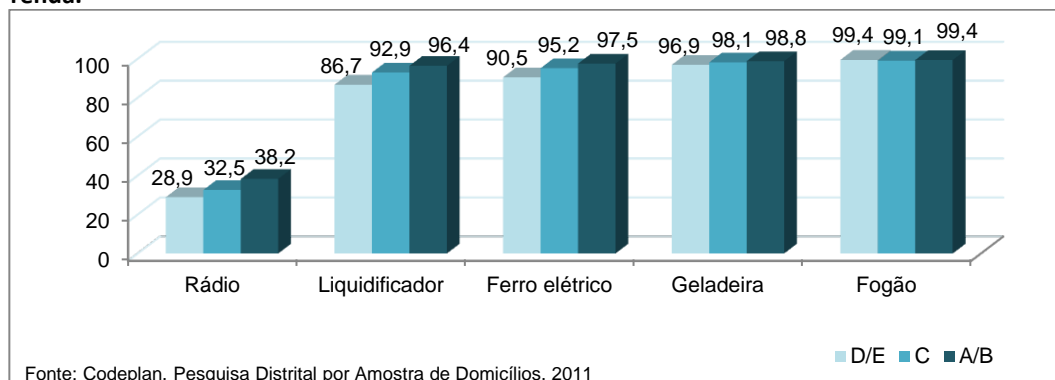
**Figura 31. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda.**



Nas RAs, o computador é um item que revela alguns fatos interessantes. Há uma grande disparidade entre a classe C e as mais altas no Park Way e em Águas Claras (42,6 e 41,6 pontos percentuais de diferença). Essa relação se inverte, com maior percentual de domicílios da classe com computador no Lago Sul, no Lago Norte e em Itapoã. Entre as RAs, os maiores percentuais de domicílios da classe C que possuíam computadores eram o Lago Sul (100,0%) e o Lago Norte (89,3%), e os menores SCIA-Estrutural (29,6%), Itapoã (30,3%) e Varjão (30,6%) (Tabela 15).

Quando se analisa a presença de outros bens nos domicílios do DF, comprova-se que é, na aquisição de eletrodomésticos denominados de “linha branca”, que as classes de renda menos destoam: praticamente todos os domicílios, independentemente da classe social, dispunham de fogão e geladeira (a diferença entre as classes C e A/B é de 0,6 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente). Isso tende a mostrar que políticas recentes de incentivo a esse tipo de consumo, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) podem ser eficazes. Outros itens como rádio, liquidificador e ferro elétrico não estavam presentes em todos os domicílios, mas a quantidade diferia relativamente pouco entre a classe C e as classes A/B: 5,7, 3,4 e 2,4, respectivamente (Figura 32).

**Figura 32. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda.**

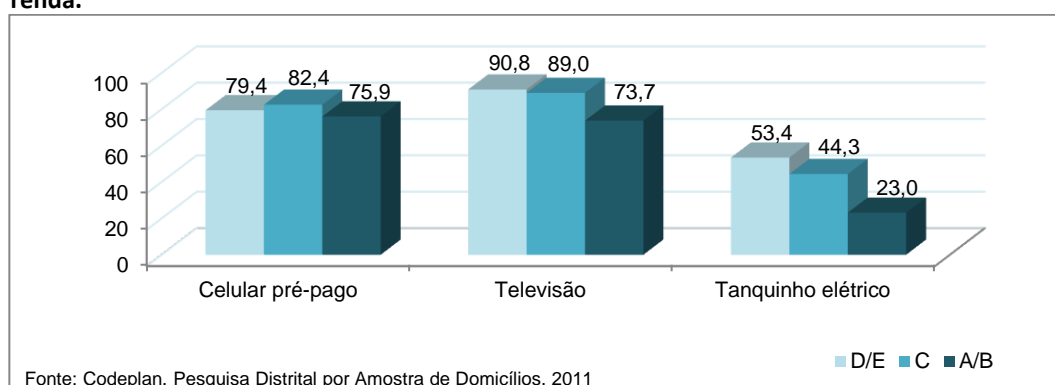




A desigualdade na posse desses eletrodomésticos é baixíssima nas RAs: no item geladeira, por exemplo, a maior disparidade estava no Jardim Botânico, com apenas três pontos percentuais entre a classe C e as classes A e B. Nesse item, inclusive, há RA onde a situação se inverte, ou seja, a posse de geladeira pela classe C superou a das A/B: Brasília, Gama, Lago Norte, Planaltina, SIA e Varjão (Tabela 15).

É interessante observar que, em mais alguns itens, os indicadores também invertem de posição: a classe C utilizava mais celular pré-pago (6,5 pontos percentuais à frente das classes A/B), possuía mais televisões (15,3) e tanquinhos elétricos (21,2) que as classes A/B (Figura 33), o que leva a constatar que esses sejam alguns itens que foram substituídos por outros de maior valor, mais acessíveis às classes superiores, como o celular pós-pago, a TV de plasma/LCD e a máquina de lavar roupa.

**Figura 33. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem e classe de renda.**



Fica evidente, portanto, que a classe C ainda não conseguiu uma aproximação com as classes A e B, no que se refere à posse de aparelhos eletroeletrônicos mais sofisticados. O consumo dessa faixa da população só ultrapassa as classes superiores quando se trata de produtos mais baratos e que consomem menos energia. Por isso, a lista dos “sonhos de consumo” da classe C parece ficar mais robusta – e distante – quando examinada a quantidade desses equipamentos, como o notebook (Figura 29) e TV de plasma/LCD (figura 30), por exemplo. É interessante destacar que, em Ceilândia, ainda foram encontradas 54 domicílios pertencentes à classe C que declararam não possuir qualquer um dos aparelhos citados nessa seção.

## Considerações finais

O debate que atualmente há na sociedade, no governo e no mundo acadêmico sobre a formação de uma nova classe social – ou classe de renda – remete aos primórdios da discussão sobre classes sociais, sendo impossível deixar de recorrer a Marx e Weber para compreender melhor essa questão. Para o primeiro, o fator decisivo não era a renda, e sim o lugar que o indivíduo ocupava no processo produtivo. Desse modo, um trabalhador que recebesse um bom salário, nem por isso, perdia suas ligações com a classe operária. Já o segundo apontava a existência de outros importantes fatores de transformação social, entre os quais o *status*. E é exatamente aí que o consumo passa a ser considerado, pois os produtos adquiridos, formas de lazer, tipos de trajes reforçariam o *status* individual ou familiar perante o grupo e estaria associado a novas formas de estratificação social.

Essa discussão, porém, vai além do escopo da análise ora apresentada. O objetivo deste trabalho foi apresentar a evolução e o perfil da atual classe C no Distrito Federal e evidenciar que, além da renda, é necessário considerar outros aspectos como o grau de instrução e a inclusão no mercado de trabalho para entender essa nova classe. E a relação entre essas duas características definem a nova classe C: embora as pessoas da classe C tenham se inserido de forma mais destacada no mercado de trabalho no período de 2001 a 2011, isso não foi efeito do aprimoramento do nível de escolaridade, que sempre esteve e continua aquém das classes de renda superiores. Esses dados sugerem que a inclusão profissional das pessoas que ascenderam à classe C, a partir da geração de renda, foi realizada em cargos que não requerem níveis de escolaridade mais avançados. Embora isso possa significar rendas medianas, a maior parte desses empregos está no mercado formal, o que garante todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal.

Contudo, fica evidente que as políticas sociais do DF precisam ser reavaliadas e adequadas às demandas crescentes de uma classe C mais robusta em seu território. Nos dados analisados sobre educação, por exemplo, entre 2001 e 2011, foi detectada uma redução na frequência escolar na faixa de 18 a 29 anos de idade na classe C bem maior do que na população em geral. Havia ainda, nessa camada da população, um baixo percentual de estudantes com 16 anos ou mais em 2011, em relação às outras classes. O cruzamento desses dados com o crescimento maior de ocupados na classe C indica que a evasão escolar desses jovens pode ser devida, em grande medida, à necessidade de inserção desses adolescentes e jovens logo cedo no mercado de trabalho. Isso leva a, pelo menos, duas constatações: uma positiva e com efeitos imediatos, e, outra negativa, considerando efeitos ao longo do tempo. A constatação positiva é a elevação imediata da renda das famílias das quais essa população de

novos trabalhadores faz parte e a prejudicial se considerada alguma perspectiva de aumento de renda em longo prazo, provocada justamente pela deficiência nos níveis de escolaridade.

Podem ser destacadas ainda, no DF, as diferenças raciais, de gênero, étnicas e culturais que reforçam discriminações pela classe social a qual se pertence. Em todo lugar – e, principalmente no DF, onde a desigualdade de rendimentos, em 2011, era absurdamente a maior do País<sup>19</sup> –, caso as políticas sociais não consigam ser verdadeiramente efetivas, é possível que, em vez de retração das desigualdades, o futuro reserve ainda mais desigualdades e exclusão de oportunidades econômicas.

Apesar da mobilidade social das classes de renda mais baixas para a classe C na última década, o que implicou no aumento da renda média das famílias, o impacto no consumo de alguns bens não foi tão expressivo: ainda existe um abismo entre a classe C e as classes A/B, principalmente na aquisição de produtos mais sofisticados e não essenciais, como notebook, filmadora, máquina fotográfica, celular pós-pago, TV de plasma/LCD e freezer. As diferenças desaparecem quando são analisados eletrodomésticos essenciais, como geladeira, fogão, ferro elétrico e liquidificador. E se invertem – o percentual de domicílios da classe C que possuía determinado produto é maior do que o das classes A/B – para eletrodomésticos mais baratos, como celular pré-pago, televisão comum e tanquinho elétrico, que foram substituídos por outros nos domicílios das classes superiores.

Pelos indicadores apresentados sobre o DF, é possível afirmar que o Governo do Distrito Federal vem conseguindo obter bons resultados em áreas importantes: redução que beira à erradicação da miséria e infraestrutura estendida a toda a população, principalmente no quesito iluminação pública. Isso torna louvável o fato de que políticas bem elaboradas devem minimizar as diferenças entre as classes.

Já quanto ao tópico “saneamento básico”, o Distrito Federal mesmo tendo alcançado um novo elevado patamar de renda e de acesso a bens e serviços, ainda existe, na capital do País, uma larga parcela da população convivendo com a falta de serviços de saneamento básico, como nas Regiões Administrativas do SCIA-Estrutural, onde apenas 83,6% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado, e de Águas Claras e Vicente Pires, onde esse percentual era cerca de 90%, conforme dados fornecidos pela Pdad 2011.

Para além dos dados apresentados neste relatório, a implementação – bem como a continuidade, acompanhamento, monitoramento e avaliação – de políticas sociais nunca foi tão imprescindível para manter as conquistas das camadas que saíram da pobreza e

---

<sup>19</sup> Segundo a Pdad 2011, a renda da RA Lago Sul mostrava-se 19 vezes maior do que a RA SCIA/Estrutural.

ingressaram em classes de maior renda da população brasileira como agora. Com isso, políticas sociais bem articuladas com as econômicas – e desenvolvidas pela via da coordenação intergovernamental e articulação intersetorial – devem assegurar, pelo menos, três indicadores: controle da inflação, aumento do valor real do salário mínimo e consequente redução continuada da pobreza e da desigualdade social.

Por fim, vale destacar que, após os dados da Pdad 2011 apresentados e analisados, reduções na desigualdade parecem ser mais importantes para a expansão da classe C do que propriamente o crescimento econômico – avaliação que pode ser realizada em estudos posteriores. A partir disso, espera-se que o Retrato da Classe C do Distrito Federal, aqui apresentado, permita uma reflexão mais aprofundada sobre as implicações da melhora de renda: se há – e o quanto há de – divergências dentro da própria classe C; se há alguma alteração no *status* social dessa faixa da população do DF; e, por conseguinte, se o alargamento dessa “nova classe C” ou “nova classe trabalhadora” é suficiente para garantir a integração de todos os trabalhadores brasileiros em processos políticos e culturais mais amplos; e se as características da classe C do DF, conforme definida pela SAE/PR, são semelhantes as do restante da classe C no Brasil. Como forma de contribuir para o debate dessa última questão, a Codeplan está desenvolvendo estudos, no âmbito do Observatório de Equidade do Conselho Econômico e Social do Distrito Federal (CDES-DF), para aprofundar a discussão sobre o tema.

## Tabelas por Região Administrativa

Tabela 2. Número e percentual de pessoas e de domicílios, por classe de renda e Região Administrativa.

Região Administrativa	Pessoas						Domicílios					
	Número absoluto			Percentual			Número absoluto			Percentual		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	7.062	18.269	69.735	7,4	19,2	73,4	2.193	6.648	21.930	7,1	21,6	71,3
Brasília	1.599	13.830	116.155	1,2	10,5	88,3	485	4.755	49.929	0,9	8,6	90,5
Brazlândia	14.186	22.609	8.803	31,1	49,6	19,3	3.090	5.574	2.425	27,9	50,3	21,9
Candangolândia	1.779	7.615	5.382	12,0	51,5	36,4	506	2.464	2.014	10,2	49,4	40,4
Ceilândia	95.963	163.385	63.296	29,7	50,6	19,6	25.550	48.831	21.391	26,7	51,0	22,3
Cruzeiro	569	6.180	18.254	2,3	24,7	73,0	155	1.744	6.476	1,9	20,8	77,3
Gama	16.304	57.512	44.493	13,8	48,6	37,6	3.889	16.795	14.402	11,1	47,9	41,0
Guará	4.759	26.591	70.764	4,7	26,0	69,3	1.268	7.955	23.788	3,8	24,1	72,1
Itapoã	26.676	26.799	1.712	48,3	48,6	3,1	6.026	7.172	732	43,3	51,5	5,3
Jardim Botânico	82	1.372	15.241	0,5	8,2	91,3	31	385	4.969	0,6	7,1	92,3
Lago Norte	176	566	20.732	0,8	2,6	96,5	59	178	7.136	0,8	2,4	96,8
Lago Sul	0	110	17.878	0,0	0,6	99,4	0	32	5.307	0,0	0,6	99,4
Núcleo Bandeirante	1.172	8.968	11.165	5,5	42,1	52,4	328	2.676	3.916	4,7	38,7	56,6
Paranoá	15.135	21.855	3.975	36,9	53,4	9,7	3.725	6.027	1.404	33,4	54,0	12,6
Park Way	813	2.085	12.453	5,3	13,6	81,1	161	599	3.145	4,1	15,3	80,5
Planaltina	49.407	73.319	28.408	32,7	48,5	18,8	12.717	22.869	9.705	28,1	50,5	21,4
Recanto das Emas	41.658	58.741	12.894	36,8	51,8	11,4	9.942	17.409	4.232	31,5	55,1	13,4
Riacho Fundo	6.488	16.542	9.441	20,0	50,9	29,1	1.753	4.731	3.306	17,9	48,3	33,8
Riacho Fundo II	11.117	17.877	5.607	32,1	51,7	16,2	2.684	4.904	1.756	28,7	52,5	18,8
Samambaia	53.839	109.535	27.205	28,3	57,5	14,3	13.645	33.764	9.845	23,8	59,0	17,2
Santa Maria	28.797	64.124	20.947	25,3	56,3	18,4	6.707	18.321	6.516	21,3	58,1	20,7
São Sebastião	26.339	41.536	7.117	35,1	55,4	9,5	7.462	13.178	2.875	31,7	56,0	12,2
SCIA-Estrutural	17.927	12.623	799	57,2	40,3	2,5	4.148	3.733	346	50,4	45,4	4,2
SIA	453	872	687	22,5	43,3	34,1	210	490	560	16,7	38,9	44,4
Sobradinho	4.536	19.445	27.397	8,8	37,8	53,3	1.207	5.357	8.525	8,0	35,5	56,5
Sobradinho II	14.353	36.268	34.431	16,9	42,6	40,5	3.216	9.562	10.866	13,6	40,4	46,0
Sudoeste/Octogonal	190	1.305	35.872	0,5	3,5	96,0	61	398	15.976	0,4	2,4	97,2
Taguatinga	17.533	78.918	84.491	9,7	43,6	46,7	4.554	24.930	30.864	7,5	41,3	51,1
Varjão	3.714	4.464	496	42,8	51,5	5,7	931	1.287	220	38,2	52,8	9,0
Vicente Pires	4.177	16.254	38.446	7,1	27,6	65,3	1.124	4.241	10.654	7,0	26,5	66,5
<b>Distrito Federal</b>	<b>466.803</b>	<b>929.569</b>	<b>814.276</b>	<b>21,1</b>	<b>42,0</b>	<b>36,8</b>	<b>117.827</b>	<b>277.009</b>	<b>285.210</b>	<b>17,3</b>	<b>40,7</b>	<b>41,9</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 3. Percentual de mulheres, por classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Classes D/E	Classe C	Classes A/B	Total
Águas Claras	49,3	52,0	50,8	50,9
Brasília	60,0	52,3	53,4	53,3
Brazlândia	55,8	53,9	45,8	52,9
Candangolândia	56,4	53,4	50,9	52,8
Ceilândia	52,6	52,1	52,5	52,3
Cruzeiro	55,5	54,0	51,3	52,0
Gama	57,5	52,4	51,0	52,6
Guará	59,5	54,8	54,8	55,0
Itapoã	52,2	47,9	47,1	50,0
Jardim Botânico	50,0	52,0	52,1	52,1
Lago Norte	44,3	65,5	51,7	52,0
Lago Sul	-	57,3	50,5	50,6
Núcleo Bandeirante	61,2	54,8	56,4	56,0
Paranoá	54,5	51,1	53,4	52,6
Park Way	57,8	55,4	49,7	50,9
Planaltina	55,3	52,5	49,8	52,9
Recanto das Emas	52,8	52,2	48,1	52,0
Riacho Fundo	55,7	54,5	53,7	54,5
Riacho Fundo II	51,7	50,0	50,3	50,6
Samambaia	55,2	52,8	48,7	52,9
Santa Maria	52,5	51,3	49,7	51,3
São Sebastião	51,6	49,5	47,5	50,1
SCIA-Estrutural	51,7	49,6	51,9	50,9
SIA	59,2	55,7	51,2	55,0
Sobradinho	48,9	53,3	53,5	53,0
Sobradinho II	55,4	53,9	49,6	52,4
Sudoeste/Octogonal	57,4	41,7	53,4	53,0
Taguatinga	55,4	55,0	54,1	54,6
Varjão	52,6	49,6	51,2	51,0
Vicente Pires	49,4	51,9	49,8	50,3
<b>Distrito Federal</b>	<b>53,7</b>	<b>52,4</b>	<b>52,0</b>	<b>52,5</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 4. Percentual de negros e não negros, por classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Classes D e E		Classe C		Classes A e B	
	Negros	Não negros	Negros	Não negros	Negros	Não negros
Águas Claras	80,3	19,7	70,1	29,9	38,5	61,2
Brasília	55,0	45,0	43,6	56,1	27,4	72,5
Brazlândia	60,4	39,6	67,6	32,3	52,3	47,7
Candangolândia	68,1	31,9	60,1	39,9	48,3	51,7
Ceilândia	62,7	37,3	57,8	42,1	56,4	43,6
Cruzeiro	83,3	16,7	43,5	56,5	45,5	54,2
Gama	65,9	34,1	57,9	42,0	47,9	52,1
Guará	68,7	31,3	65,0	35,0	50,7	49,3
Itapoã	72,1	27,9	71,3	28,7	65,7	34,3
Jardim Botânico	67,1	32,9	70,0	30,0	30,3	69,7
Lago Norte	33,5	66,5	20,7	79,3	24,0	75,9
Lago Sul	-	-	57,3	42,7	18,4	81,6
Núcleo Bandeirante	70,9	29,1	54,4	45,6	43,4	56,6
Paranoá	75,5	24,5	72,4	27,6	61,9	38,1
Park Way	57,8	42,2	42,3	57,7	31,4	68,6
Planaltina	72,7	27,2	59,7	40,3	54,1	45,7
Recanto das Emas	75,1	24,8	63,0	37,0	63,0	36,8
Riacho Fundo	71,4	28,6	57,8	42,2	49,1	49,8
Riacho Fundo II	64,1	35,9	63,9	36,0	48,6	51,4
Samambaia	64,1	35,8	61,0	38,9	55,3	44,5
Santa Maria	69,8	30,2	65,9	34,0	62,9	37,0
São Sebastião	71,8	28,1	73,6	26,4	55,3	44,7
SCIA-Estrutural	75,6	24,0	75,8	24,2	70,0	30,0
SIA	77,7	22,3	63,4	36,6	39,0	61,0
Sobradinho	60,1	39,9	55,6	44,4	41,3	58,7
Sobradinho II	61,3	38,7	59,5	40,5	42,7	57,3
Sudoeste/Octogonal	0,0	100,0	20,8	79,2	27,9	72,0
Taguatinga	51,5	48,3	51,4	48,5	44,1	55,9
Varjão	76,1	23,9	69,4	30,6	50,0	50,0
Vicente Pires	44,6	55,4	47,2	52,8	44,6	55,4
<b>Distrito Federal</b>	<b>67,4</b>	<b>32,5</b>	<b>60,6</b>	<b>39,3</b>	<b>42,6</b>	<b>57,3</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 5. Percentual de pessoas que frequentam escola ou creche, por faixa etária, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	0 a 3 anos			4 e 5 anos			6 a 14 anos			15 a 17 anos			18 a 24 anos		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	15,1	9,1	25,9	85,6	83,8	97,2	98,7	98,2	98,7	95,8	90,4	98,5	33,7	39,8	67,7
Brasília	50,0	25,0	30,9	100,0	100,0	91,8	100,0	98,5	99,1	100,0	100,0	100,0	75,0	61,8	77,0
Brazlândia	4,3	5,4	7,7	62,2	74,4	100,0	98,7	99,3	89,6	86,3	88,7	100,0	17,3	32,7	50,1
Candangolândia	24,8	28,2	8,5	100,0	84,3	85,2	100,0	98,1	100,0	94,3	90,4	100,0	47,6	32,3	34,2
Ceilândia	3,4	11,9	15,0	68,1	80,0	93,7	97,7	99,2	99,2	88,8	91,5	93,9	26,6	32,9	50,0
Cruzeiro	0,0	5,6	24,2	100,0	100,0	94,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	33,7	56,6	65,5
Gama	13,6	15,5	34,2	88,9	88,9	100,0	98,9	98,9	100,0	100,0	87,5	93,3	25,7	45,2	54,7
Guará	22,3	11,4	37,1	28,7	78,2	88,8	85,0	89,5	97,5	100,0	89,2	94,8	23,1	47,0	62,4
Itapoã	4,0	7,6	0,0	46,7	53,7	100,0	98,3	99,4	100,0	91,3	84,5	100,0	23,8	27,1	29,8
Jardim Botânico	-	25,5	30,7	-	49,1	96,6	100,0	100,0	100,0	-	57,3	94,3	-	41,8	66,6
Lago Norte	0,0	0,0	26,7	-	100,0	85,7	100,0	100,0	100,0	-	100,0	95,1	0,0	100,0	71,7
Lago Sul	-	-	48,5	-	100,0	94,3	-	100,0	100,0	-	-	86,2	-	-	64,5
Núcleo Bandeirante	8,8	26,2	7,8	83,8	68,9	100,0	100,0	97,4	100,0	100,0	100,0	87,7	33,6	34,8	57,6
Paranoá	11,8	15,5	0,0	59,2	85,4	100,0	98,9	100,0	100,0	80,9	93,0	100,0	21,5	32,1	34,6
Park Way	12,8	0,0	21,0	51,3	85,5	89,8	100,0	96,4	99,2	56,5	100,0	98,1	20,4	33,2	72,7
Planaltina	3,9	9,4	49,8	37,9	41,0	78,9	98,3	99,5	100,0	90,0	90,9	90,9	28,6	33,2	52,2
Recanto das Emas	0,9	3,8	40,1	65,6	66,7	81,9	98,5	97,1	100,0	89,1	92,5	95,8	33,6	31,9	55,8
Riacho Fundo	7,6	14,0	5,4	73,3	62,1	84,8	96,6	99,3	100,0	96,4	86,9	96,3	30,1	42,5	57,7
Riacho Fundo II	4,0	15,2	8,3	61,1	69,2	71,4	98,1	98,7	100,0	94,3	86,3	88,2	23,0	34,0	43,2
Samambaia	11,0	15,2	13,6	70,0	86,2	100,0	97,9	98,2	100,0	92,8	97,0	90,9	35,5	32,2	47,9
Santa Maria	19,2	22,1	25,0	86,9	94,4	86,7	97,3	98,8	98,6	88,9	92,9	92,2	19,5	29,6	55,2
São Sebastião	4,7	13,3	16,6	47,9	76,4	100,0	98,2	96,3	100,0	76,5	85,4	85,8	27,9	26,2	27,3
SCIA-Estrutural	3,7	9,4	0,0	31,2	55,6	100,0	98,0	99,3	83,3	80,9	80,4	100,0	29,0	24,8	40,0
SIA	0,0	0,0	0,0	50,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	29,1	74,6
Sobradinho	14,3	15,8	12,5	75,0	93,6	100,0	96,6	100,0	100,0	93,5	92,6	100,0	52,3	42,9	61,2
Sobradinho II	3,9	3,8	28,0	63,0	78,9	86,9	97,6	100,0	98,8	81,3	88,9	93,0	40,5	28,4	60,8
Sudoeste/Octogonal	0,0	60,3	27,4	-	100,0	91,0	-	100,0	100,0	-	75,2	83,4	-	49,5	62,7
Taguatinga	8,6	21,7	32,7	89,9	84,9	90,6	100,0	99,6	99,3	90,9	95,9	98,8	35,1	46,9	61,7
Varjão	19,9	20,6	48,0	88,8	80,0	-	98,6	98,3	100,0	87,8	92,9	100,0	22,3	31,0	63,2
Vicente Pires	6,6	10,6	30,5	59,9	82,2	86,0	97,7	96,0	98,8	100,0	97,1	96,6	9,9	36,6	60,5
<b>Distrito Federal</b>	<b>6,7</b>	<b>13,2</b>	<b>27,0</b>	<b>64,0</b>	<b>76,9</b>	<b>91,1</b>	<b>98,1</b>	<b>98,5</b>	<b>99,1</b>	<b>89,2</b>	<b>91,5</b>	<b>95,3</b>	<b>28,4</b>	<b>34,9</b>	<b>61,1</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011



**Tabela 6. Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Analfabeto			Sabe ler e escrever			Fundamental completo			Médio completo			Superior Completo		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	7,3	1,6	0,1	43,1	25,9	3,4	22,1	21,3	7,7	25,2	43,5	41,6	2,3	7,7	47,1
Brasília	3,7	0,4	0,5	22,2	11,5	2,5	25,9	18,1	3,7	44,4	58,0	32,2	3,7	11,9	61,1
Brazlândia	6,0	4,1	2,7	52,2	37,9	22,3	18,7	20,1	12,7	21,8	34,5	41,3	1,3	3,3	21,1
Candangolândia	2,7	4,7	1,4	42,6	27,2	16,6	25,4	16,6	13,0	28,3	46,1	47,2	0,9	5,4	21,8
Ceilândia	5,6	4,4	2,4	44,4	32,8	21,0	22,1	21,1	16,2	26,7	37,2	44,9	1,2	4,5	15,5
Cruzeiro	0,0	1,1	0,6	38,0	25,1	6,1	33,5	9,9	7,9	28,4	53,0	43,3	0,0	10,9	42,1
Gama	4,2	5,1	1,9	37,1	30,9	15,9	26,8	18,7	12,9	31,0	39,6	41,8	0,9	5,6	27,5
Guará	1,2	2,4	0,9	39,8	22,1	9,0	9,7	14,0	9,0	44,6	50,7	45,3	4,8	10,7	35,7
Itapoã	4,9	5,8	4,8	63,4	47,9	25,8	16,6	20,7	22,6	15,0	24,5	42,0	0,2	1,1	4,8
Jardim Botânico	0,0	0,0	0,8	33,3	30,3	4,5	0,0	16,0	3,3	33,3	32,0	29,1	33,3	21,7	62,3
Lago Norte	0,0	6,0	0,6	50,0	11,7	1,9	0,0	6,0	2,0	33,3	47,0	24,8	16,7	29,3	70,5
Lago Sul	-	0,0	0,5	-	0,0	3,5	-	0,0	4,1	-	50,0	23,6	-	50,0	68,3
Núcleo Bandeirante	3,6	1,9	1,1	38,9	22,2	8,6	18,5	16,8	8,2	26,0	47,3	49,2	13,0	11,9	32,9
Paranoá	5,2	3,6	1,1	48,6	43,0	25,7	22,7	19,0	9,1	22,7	31,0	42,7	0,8	3,4	21,4
Park Way	0,0	7,5	0,3	62,6	36,8	4,9	9,5	15,0	4,1	18,7	35,0	32,5	9,2	5,7	58,2
Planaltina	4,2	6,3	2,0	54,1	38,2	23,4	21,6	18,6	13,1	19,6	33,1	45,7	0,4	3,8	15,8
Recanto das Emas	5,3	2,9	0,7	45,4	35,1	21,1	25,9	19,7	15,6	23,0	40,0	51,1	0,3	2,4	11,5
Riacho Fundo	4,7	3,9	1,4	41,2	27,5	12,2	21,8	17,0	12,4	29,6	45,7	49,3	2,7	5,9	24,6
Riacho Fundo II	6,6	2,9	1,4	39,7	30,5	14,8	24,6	22,7	12,0	28,7	40,2	53,3	0,5	3,7	18,5
Samambaia	5,0	5,8	0,6	48,6	36,4	16,3	20,3	17,9	12,8	24,8	36,7	52,0	1,3	3,2	18,2
Santa Maria	4,0	4,0	0,9	46,6	34,1	13,9	19,2	17,7	11,1	29,9	41,0	54,3	0,2	3,3	19,9
São Sebastião	6,4	2,9	1,0	49,0	40,8	23,6	20,7	18,0	14,9	23,1	36,2	42,8	0,8	2,1	17,8
SCIA-Estrutural	5,3	2,9	0,0	58,3	45,7	32,5	19,4	19,6	27,5	16,8	30,5	35,0	0,2	1,3	5,0
SIA	0,0	5,3	0,0	18,2	34,0	8,8	45,5	18,6	26,4	18,2	36,8	41,3	18,2	5,3	23,5
Sobradinho	3,6	2,2	0,3	41,2	23,2	14,3	24,1	15,7	8,3	28,6	51,0	42,0	2,6	7,9	35,0
Sobradinho II	9,5	3,7	0,9	46,1	29,4	9,2	13,3	20,6	7,8	30,6	41,4	42,2	0,6	4,9	39,9
Sudoeste/Octogonal	0,0	0,0	0,7	0,0	13,3	1,0	0,0	13,3	2,6	16,6	33,2	21,8	83,4	40,2	73,8
Taguatinga	2,1	2,6	1,0	34,6	29,1	11,8	18,9	17,4	10,6	40,7	42,2	42,7	3,7	8,7	33,9
Varjão	4,8	4,7	3,0	53,7	42,9	20,0	21,9	17,8	10,7	19,0	31,5	55,6	0,6	3,1	10,7
Vicente Pires	8,8	2,3	0,7	36,3	27,6	9,4	21,9	16,7	12,6	27,5	47,3	42,5	5,5	6,0	34,9
<b>Distrito Federal</b>	<b>5,1</b>	<b>4,0</b>	<b>0,9</b>	<b>47,2</b>	<b>33,2</b>	<b>10,1</b>	<b>21,2</b>	<b>18,8</b>	<b>9,0</b>	<b>25,3</b>	<b>39,1</b>	<b>40,2</b>	<b>1,2</b>	<b>4,9</b>	<b>39,8</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

Tabela 7. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por situação de atividade, classe de renda e Região Administrativa.

Região Administrativa	Sem atividade			Trabalho remunerado			Aposentado			Pensionista			Do lar			Desempregado			Estudante		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	5,6	5,2	3,2	43,7	58,5	59,8	3,6	6,5	14,4	3,7	2,7	0,8	14,8	9,3	8,3	19,5	10,3	3,9	9,0	7,5	9,6
Brasília	3,4	0,8	1,5	20,7	51,0	50,6	10,3	5,8	23,5	0,0	3,1	2,5	13,8	16,2	7,5	34,5	6,9	3,8	17,2	16,2	10,6
Brazlândia	15,5	6,9	2,6	33,1	53,0	63,3	4,5	10,8	12,7	4,5	3,0	2,9	17,6	12,9	9,8	15,0	5,3	1,7	9,8	8,1	6,9
Candangolândia	6,6	4,6	1,9	32,8	54,0	59,7	5,7	11,6	16,2	1,6	3,9	2,1	19,7	10,6	10,0	17,2	6,7	3,3	16,4	8,6	6,7
Ceilândia	13,6	5,6	3,6	35,4	54,8	60,1	4,3	11,2	14,2	2,8	4,3	3,8	21,2	12,6	9,1	13,2	4,1	2,6	9,4	7,4	6,6
Cruzeiro	8,1	2,0	1,7	35,9	52,7	58,0	0,0	11,8	18,3	0,0	2,4	2,7	15,9	12,5	6,9	11,9	8,8	3,3	28,1	9,8	9,2
Gama	8,8	5,4	1,9	33,9	45,8	52,5	7,1	18,0	20,7	2,1	4,1	3,1	23,0	11,8	10,5	10,0	5,8	3,2	15,1	9,0	8,0
Guará	12,4	3,8	2,8	41,6	53,9	54,6	10,1	12,7	20,0	1,1	4,3	2,9	13,5	10,4	8,5	11,2	7,0	2,8	10,1	7,9	8,4
Itapoã	5,4	3,3	1,6	46,2	68,3	68,3	2,4	6,5	11,1	0,5	1,3	1,6	24,8	9,0	9,6	9,8	3,3	3,2	10,9	8,3	4,7
Jardim Botânico	0,0	4,0	2,3	33,3	50,0	64,3	0,0	13,5	14,1	0,0	5,4	1,4	33,3	12,1	7,7	33,3	6,8	1,9	0,0	8,1	8,3
Lago Norte	0,0	5,4	2,5	59,6	41,9	56,1	0,0	10,5	20,3	0,0	15,9	1,0	20,2	10,5	5,4	20,2	0,0	2,8	0,0	15,9	11,9
Lago Sul	-	0,0	1,5	-	25,4	50,3	-	49,2	26,4	-	0,0	1,6	-	25,4	8,8	-	0,0	2,3	-	0,0	8,9
Núcleo Bandeirante	10,7	3,9	2,5	39,3	53,2	59,7	0,0	13,5	18,3	5,3	3,3	3,0	17,9	10,2	7,6	16,0	6,7	2,1	10,7	9,2	6,8
Paranoá	11,0	5,7	1,1	38,9	61,8	74,4	6,8	9,0	8,9	1,1	1,7	1,6	17,1	9,4	8,9	14,8	4,0	1,6	10,3	8,5	3,7
Park Way	6,0	3,6	2,4	32,6	54,4	54,8	4,2	16,0	20,1	4,2	3,6	0,7	18,3	10,6	6,9	22,5	6,5	2,7	12,3	5,3	12,5
Planaltina	9,4	5,2	3,6	37,2	56,1	60,4	6,1	12,4	14,4	2,2	3,0	2,3	20,7	11,7	9,1	12,5	3,3	3,0	12,0	8,3	7,2
Recanto das Emas	13,1	8,9	5,5	42,3	62,0	67,5	3,5	7,7	7,9	1,4	1,9	1,0	16,5	10,2	8,9	10,6	1,8	0,7	12,6	7,5	8,6
Riacho Fundo	14,7	9,4	5,6	35,3	55,1	62,8	7,0	9,2	11,2	3,3	2,9	2,3	17,3	10,6	6,7	12,1	4,5	1,7	10,3	8,3	9,6
Riacho Fundo II	16,2	6,1	3,5	38,6	60,7	66,6	3,4	7,7	9,0	2,3	2,4	2,1	20,3	11,1	10,1	8,8	3,4	2,8	10,4	8,6	5,9
Samambaia	11,7	4,8	3,1	36,4	57,3	62,9	5,2	9,6	12,8	2,8	3,4	1,6	21,3	13,2	10,3	10,6	3,9	2,7	12,0	7,9	6,6
Santa Maria	8,6	4,5	2,2	35,7	59,2	61,5	4,5	9,8	12,2	1,8	2,5	1,8	19,5	12,1	9,1	18,4	4,8	3,8	11,5	7,1	9,5
São Sebastião	8,7	3,2	1,9	42,4	67,0	74,5	3,5	5,3	5,7	2,0	1,6	0,5	20,1	10,2	11,8	12,2	4,4	3,3	11,2	8,3	2,4
SCIA-Estrutural	5,9	2,6	0,0	44,4	68,8	77,5	2,2	5,7	12,5	0,3	1,0	2,5	23,1	11,4	2,5	11,8	5,2	2,5	12,3	5,3	2,5
SIA	0,0	7,7	0,0	43,5	64,2	94,2	6,3	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	12,6	5,2	2,9	12,6	7,7	0,0	24,9	7,7	2,9
Sobradinho	8,2	4,9	3,4	35,3	49,6	53,4	12,3	12,6	18,6	2,4	5,5	4,2	13,9	10,9	9,3	14,8	6,5	2,7	13,1	10,1	8,4
Sobradinho II	8,2	2,5	2,4	32,1	60,0	57,0	8,2	8,9	15,7	3,6	2,1	2,4	23,0	12,1	8,2	11,7	5,7	2,4	13,3	8,7	11,8
Sudoeste/Octogonal	16,7	9,4	2,4	16,7	46,9	66,8	0,0	3,1	14,4	0,0	6,2	1,5	33,3	18,7	5,3	16,7	6,2	1,0	16,7	9,4	8,7
Taguatinga	7,1	4,8	2,3	32,8	49,3	53,9	6,7	15,5	21,0	4,1	4,7	3,1	20,2	11,9	8,1	13,4	6,1	2,8	15,7	7,7	8,8
Varjão	10,8	4,1	6,0	43,3	68,2	74,7	3,5	6,6	8,9	2,4	0,9	1,4	17,0	8,9	2,9	12,9	4,3	0,0	10,2	7,0	6,0
Vicente Pires	6,3	4,6	2,7	39,6	55,4	61,1	3,1	11,0	14,2	4,2	1,8	1,2	28,1	13,2	8,7	13,5	4,8	2,7	5,2	9,2	9,5
<b>Distrito Federal</b>	<b>10,7</b>	<b>5,1</b>	<b>2,6</b>	<b>37,7</b>	<b>56,3</b>	<b>57,4</b>	<b>4,9</b>	<b>10,8</b>	<b>17,7</b>	<b>2,3</b>	<b>3,3</b>	<b>2,3</b>	<b>20,3</b>	<b>11,8</b>	<b>8,3</b>	<b>12,7</b>	<b>4,7</b>	<b>2,9</b>	<b>11,4</b>	<b>8,1</b>	<b>8,9</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 8. Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por posição na ocupação, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Empregado com CTPS			Empregado sem CTPS			Empregado temporário			Serviço Público e Militar (+cargos comissionados)			Autônomo ou empregador			Estagiário		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	52,3	51,7	37,5	17,2	9,5	10,0	1,4	0,6	0,1	1,4	3,5	30,1	26,2	33,1	21,0	1,4	1,6	1,4
Brasília	66,7	52,6	36,0	33,3	6,7	2,5	0,0	0,0	0,6	0,0	17,8	40,2	0,0	18,5	18,7	0,0	4,4	1,9
Brazlândia	57,9	60,7	58,3	13,6	11,8	7,6	1,4	1,6	1,3	1,4	6,1	13,4	25,7	18,6	17,0	0,0	1,1	2,3
Candangolândia	52,6	61,2	47,5	10,1	7,2	3,2	0,0	0,0	0,6	4,9	7,2	24,9	32,5	23,5	23,5	0,0	0,8	0,3
Ceilândia	55,4	59,4	54,2	17,0	11,0	8,9	1,2	0,7	0,5	0,2	4,0	18,0	25,7	23,8	16,9	0,5	1,2	1,5
Cruzeiro	74,8	57,7	45,5	12,6	6,4	2,0	0,0	0,0	0,7	0,0	16,7	35,9	12,6	15,4	13,1	0,0	3,9	2,9
Gama	45,7	62,3	48,3	13,6	8,9	4,0	0,0	0,2	0,4	0,0	5,6	31,4	38,3	21,0	15,7	2,5	1,9	0,2
Guará	56,8	62,7	42,0	10,8	6,3	3,8	2,7	0,7	0,4	2,7	4,0	33,5	24,3	24,4	19,1	2,7	2,0	1,2
Itapoã	49,6	54,1	46,5	12,5	13,2	11,6	0,7	0,4	0,0	0,4	1,9	4,7	36,8	28,6	37,2	0,0	1,9	0,0
Jardim Botânico	0,0	43,2	37,3	0,0	13,6	5,6	0,0	0,0	0,7	0,0	5,3	35,7	100,0	37,9	19,3	0,0	0,0	1,4
Lago Norte	66,1	74,5	35,6	33,9	0,0	1,1	0,0	0,0	0,2	0,0	12,7	42,9	0,0	12,7	18,6	0,0	0,0	1,6
Lago Sul	-	0,0	36,2	-	0,0	1,6	-	0,0	0,4	-	0,0	28,1	-	100,0	31,2	-	0,0	2,6
Núcleo Bandeirante	40,8	56,8	47,7	4,4	9,2	4,1	0,0	0,0	0,2	0,0	5,5	21,3	54,8	27,3	24,8	0,0	1,2	1,9
Paranoá	57,6	59,1	46,5	18,5	12,3	6,3	0,5	0,3	0,0	0,5	4,2	19,0	22,4	21,7	27,5	0,5	2,4	0,7
Park Way	68,8	62,4	36,0	18,5	12,9	3,2	0,0	0,0	0,8	0,0	3,2	30,0	12,7	21,5	28,5	0,0	0,0	1,5
Planaltina	50,7	52,7	42,3	22,6	16,8	4,9	0,5	0,3	1,0	0,0	5,6	32,2	24,0	23,5	17,8	2,3	1,1	1,7
Recanto das Emas	58,5	64,4	48,7	20,4	14,6	9,5	0,0	0,1	1,0	1,1	4,0	22,1	18,5	16,2	16,6	1,5	0,7	2,0
Riacho Fundo	55,2	58,6	45,6	14,6	11,8	5,8	1,1	0,4	0,3	0,0	6,6	22,3	28,1	21,4	24,8	1,1	1,1	1,2
Riacho Fundo II	55,5	66,4	44,0	18,1	12,1	10,5	0,6	0,6	1,6	1,2	4,1	24,1	23,4	16,0	19,4	1,2	0,8	0,5
Samambaia	60,2	61,1	43,8	14,6	12,0	8,5	0,0	0,4	0,0	0,4	3,7	29,7	23,2	21,2	16,3	1,6	1,6	1,6
Santa Maria	54,9	67,6	47,0	18,3	7,1	2,1	0,0	0,2	0,7	1,1	4,8	29,4	24,6	18,6	20,1	1,1	1,6	0,7
São Sebastião	47,4	56,8	48,7	24,3	17,2	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	19,6	27,0	21,7	19,0	1,3	1,8	0,6
SCIA-Estrutural	42,8	50,0	35,5	10,5	8,5	0,0	0,0	0,5	0,0	0,8	2,0	16,1	45,5	38,0	45,2	0,4	1,0	3,2
SIA	42,4	52,0	30,3	28,8	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,4	43,9	69,7	14,4	0,0	0,0
Sobradinho	39,5	51,4	44,9	20,9	11,0	3,7	0,0	0,3	0,4	0,0	7,9	30,9	39,5	26,7	18,6	0,0	2,7	1,4
Sobradinho II	36,5	54,9	40,1	20,6	8,4	4,2	0,0	0,5	0,3	0,0	4,3	35,4	41,3	28,6	17,4	1,6	3,3	2,6
Sudoeste/Octogonal	0,0	53,4	31,3	100,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	40,0	46,0	0,0	6,6	18,6	0,0	0,0	0,5
Taguatinga	47,7	58,3	40,4	13,6	9,8	5,0	1,1	0,0	1,0	2,3	7,5	29,2	33,0	22,7	22,6	2,3	1,7	1,8
Varjão	39,3	48,8	33,3	23,0	8,7	3,8	0,0	0,5	0,0	0,7	2,4	17,8	35,8	38,5	43,2	1,3	1,1	1,9
Vicente Pires	57,9	51,6	43,5	10,6	14,3	5,6	0,0	0,4	0,5	2,6	7,1	27,0	28,9	25,8	21,7	0,0	0,8	1,7
<b>Distrito Federal</b>	<b>53,1</b>	<b>59,0</b>	<b>41,9</b>	<b>17,5</b>	<b>11,4</b>	<b>5,2</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>4,9</b>	<b>31,2</b>	<b>27,1</b>	<b>22,7</b>	<b>19,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

Tabela 9. Percentual de domicílios, por tipo de domicílio, classe de renda e Região Administrativa.

Região Administrativa	Casa			Barraco			Quitinete/studio			Apartamento			Outros (Cômodo, Flat, uso misto)		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	80,9	79,6	29,7	3,2	1,6	0,0	9,5	4,2	3,7	6,3	12,6	65,9	0,0	2,1	0,8
Brasília	40,0	38,8	13,8	0,0	0,0	0,0	20,0	17,4	7,6	40,0	43,9	78,1	0,0	0,0	0,5
Brazlândia	91,8	97,9	96,7	7,0	1,4	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,7	3,2	0,0	0,0	0,1
Candangolândia	88,8	92,2	92,6	4,5	0,0	0,0	2,2	1,4	1,7	4,5	6,4	5,0	0,0	0,0	0,7
Ceilândia	95,1	96,3	93,4	1,5	0,4	0,3	2,1	1,9	1,3	0,4	1,0	4,3	0,8	0,3	0,8
Cruzeiro	11,0	21,8	20,0	0,0	0,0	0,0	11,0	2,0	0,3	78,1	76,2	79,7	0,0	0,0	0,1
Gama	95,6	88,3	83,3	3,3	0,0	0,0	0,0	0,5	0,6	1,1	10,7	16,0	0,0	0,5	0,0
Guará	63,6	57,0	49,9	0,0	0,0	0,0	6,1	2,4	0,2	30,3	40,1	49,9	0,0	0,5	0,0
Itapoã	98,0	98,0	95,7	0,8	1,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,0	4,3
Jardim Botânico	100,0	100,0	99,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Lago Norte	100,0	55,3	66,8	0,0	0,0	0,0	0,0	22,3	10,0	0,0	22,3	23,0	0,0	0,0	0,1
Lago Sul	-	100,0	99,5	-	0,0	0,0	-	0,0	0,3	-	0,0	0,0	-	0,0	0,2
Núcleo Bandeirante	29,6	47,3	50,2	3,7	1,8	0,6	7,3	6,4	2,8	59,5	44,1	45,8	0,0	0,4	0,6
Paranoá	94,7	92,6	93,5	1,0	1,3	1,4	3,1	3,6	0,0	0,5	1,9	4,2	0,5	0,6	0,9
Park Way	88,8	92,5	99,0	11,2	6,0	0,3	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Planaltina	97,8	96,6	94,7	0,9	0,5	0,0	0,4	0,7	0,6	0,9	1,5	4,6	0,0	0,7	0,2
Recanto das Emas	96,8	98,6	95,9	1,6	0,2	0,0	0,4	0,0	1,9	0,4	1,1	1,9	0,8	0,0	0,4
Riacho Fundo	92,7	96,9	95,1	2,1	0,8	0,0	0,0	0,4	0,5	4,2	1,2	3,9	1,0	0,8	0,5
Riacho Fundo II	96,9	97,6	97,1	1,2	0,3	0,0	0,6	0,3	0,0	0,6	1,7	1,9	0,6	0,0	1,0
Samambaia	97,6	96,8	94,9	1,6	0,8	0,0	0,8	0,8	0,5	0,0	1,6	4,3	0,0	0,0	0,2
Santa Maria	97,1	94,4	86,2	0,0	0,6	0,6	0,0	0,2	0,0	2,9	4,6	12,9	0,0	0,2	0,3
São Sebastião	97,7	97,1	98,1	0,9	0,8	1,2	0,0	1,0	0,0	0,9	0,8	0,0	0,5	0,3	0,7
SCIA-Estrutural	81,3	85,2	84,5	17,5	11,6	9,5	0,0	0,5	0,0	0,4	0,9	0,0	0,8	1,8	6,0
SIA	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	33,3	26,7	18,0	66,7	46,7	60,0	0,0	26,7	16,0
Sobradinho	91,7	80,8	71,8	0,0	0,9	0,0	4,1	1,9	0,6	2,1	16,4	27,4	2,1	0,0	0,3
Sobradinho II	100,0	97,7	98,6	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,2	0,0	0,4	0,2
Sudoeste/Octogonal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	4,4	100,0	92,2	95,4	0,0	0,0	0,2
Taguatinga	87,9	83,4	65,5	0,0	0,2	0,0	1,0	1,5	0,7	10,1	14,9	33,2	1,0	0,0	0,5
Varjão	66,6	73,9	62,8	9,8	9,0	0,0	2,8	3,5	5,3	20,8	13,1	18,2	0,0	0,5	13,8
Vicente Pires	93,2	96,4	97,3	6,8	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	1,9	0,0	0,0	0,7
<b>Distrito Federal</b>	<b>93,9</b>	<b>90,5</b>	<b>59,2</b>	<b>2,1</b>	<b>0,8</b>	<b>0,1</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>6,8</b>	<b>37,8</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 10. Percentual de domicílios, por tipo de ocupação do domicílio, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Próprio quitado			Próprio em aquisição			Próprio em terreno não legalizado			Próprio em assentamento/invasão			Alugado			Cedido			Funcional		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	20,7	28,3	44,4	9,5	20,4	23,5	7,9	8,4	7,1	12,7	9,4	1,1	34,9	26,7	23,0	14,3	6,8	0,6	0,0	0,0	0,2
Brasília	30,0	19,4	52,6	0,0	3,1	4,7	30,0	19,4	2,2	0,0	0,0	0,0	20,0	29,6	29,3	20,0	9,2	2,9	0,0	19,4	8,3
Brazlândia	46,8	64,5	75,8	1,3	4,2	2,4	13,9	9,8	0,8	8,9	4,2	4,0	19,0	13,3	15,3	10,1	3,9	1,6	0,0	0,0	0,0
Candangolândia	37,7	48,8	57,5	6,7	8,7	7,2	0,0	0,9	1,7	15,6	5,0	4,5	37,7	29,2	27,4	2,2	7,3	1,7	0,0	0,0	0,0
Ceilândia	27,3	42,8	59,1	1,9	4,3	7,3	34,0	21,8	7,3	1,5	1,2	2,8	23,9	22,8	19,7	10,8	7,1	3,5	0,0	0,0	0,0
Cruzeiro	22,4	38,6	61,3	0,0	6,0	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	24,8	20,3	33,3	20,8	2,9	10,9	9,9	9,3
Gama	45,1	62,6	72,7	1,1	4,6	4,2	5,5	3,1	3,3	0,0	0,0	0,3	28,6	22,4	17,2	19,8	7,4	2,4	0,0	0,0	0,0
Guará	39,4	46,9	62,8	3,0	4,3	10,2	0,0	1,0	0,2	6,1	1,9	0,2	36,4	30,4	22,9	12,1	12,6	2,6	3,0	2,4	1,0
Itapoã	6,5	7,1	23,4	1,2	1,4	3,3	4,0	6,8	3,3	66,4	64,6	50,1	14,6	15,0	20,0	7,3	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Jardim Botânico	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	3,7	100,0	60,0	80,5	0,0	3,9	1,9	0,0	20,0	12,1	0,0	16,1	0,6	0,0	0,0	0,0
Lago Norte	33,3	22,3	68,0	0,0	11,2	3,3	0,0	22,3	4,2	0,0	0,0	0,0	33,3	11,2	22,2	33,3	33,0	2,2	0,0	0,0	0,0
Lago Sul	-	100,0	86,4	-	0,0	3,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	8,2	-	0,0	1,5	-	0,0	0,9
Núcleo Bandeirante	22,3	45,0	59,0	7,3	1,8	5,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,6	55,5	44,1	31,4	14,9	9,1	3,7	0,0	0,0	0,0
Paranoá	2,6	3,2	5,6	0,5	0,3	1,4	3,7	8,4	25,0	53,9	59,5	44,4	23,0	24,6	19,4	16,2	3,9	4,2	0,0	0,0	0,0
Park Way	11,2	9,0	79,3	0,0	6,0	4,3	44,1	44,7	11,6	0,0	0,0	0,0	16,8	13,4	1,7	28,0	25,4	3,1	0,0	1,5	0,0
Planaltina	7,9	16,3	31,6	0,4	1,0	2,9	38,2	38,8	28,7	21,9	18,3	21,8	19,7	21,2	9,8	11,8	4,4	5,2	0,0	0,0	0,0
Recanto das Emas	65,5	70,9	76,4	2,4	0,7	2,8	0,4	0,2	0,0	0,8	2,5	0,0	23,7	22,9	17,9	7,2	2,8	2,8	0,0	0,0	0,0
Riacho Fundo	62,5	64,1	72,9	1,0	2,3	3,9	5,2	1,2	2,2	1,0	0,4	0,0	28,1	29,3	18,8	2,1	2,7	2,2	0,0	0,0	0,0
Riacho Fundo II	37,7	40,9	41,5	4,3	4,7	4,7	27,2	23,7	22,7	4,3	3,7	2,8	23,5	22,6	23,6	3,1	4,4	4,7	0,0	0,0	0,0
Samambaia	53,3	59,9	61,4	7,8	8,9	10,3	2,0	2,2	2,7	2,0	2,1	1,1	26,7	21,6	21,7	8,2	5,4	2,7	0,0	0,0	0,0
Santa Maria	23,4	28,7	50,6	5,1	7,7	9,4	17,1	15,5	10,6	17,7	21,8	12,4	23,4	21,1	15,3	13,2	5,0	1,2	0,0	0,2	0,6
São Sebastião	2,3	0,8	2,4	9,2	8,1	8,3	13,8	14,3	7,1	39,9	45,2	56,0	26,6	26,5	23,8	8,3	5,2	2,4	0,0	0,0	0,0
SCIA-Estrutural	2,9	2,3	4,9	0,4	1,8	0,0	0,8	1,8	4,9	87,5	83,4	80,3	4,6	8,3	4,9	3,8	2,3	4,9	0,0	0,0	0,0
SIA	0,0	7,1	18,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	78,6	62,5	0,0	14,3	18,8	0,0	0,0	0,0
Sobradinho	43,8	55,9	66,1	4,1	2,4	8,3	20,8	8,0	2,4	0,0	0,0	0,0	20,8	23,9	18,6	10,4	9,9	4,1	0,0	0,0	0,6
Sobradinho II	21,6	18,6	7,2	0,0	1,8	1,6	35,1	40,5	71,6	13,5	15,0	4,4	21,6	19,1	12,0	8,1	5,0	3,2	0,0	0,0	0,0
Sudoeste/Octogonal	100,0	53,9	47,9	0,0	0,0	10,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,7	37,2	0,0	15,4	2,9	0,0	0,0	1,5
Taguatinga	49,5	57,0	68,6	4,0	3,3	8,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,4	31,7	20,0	9,1	7,9	3,3	0,0	0,0	0,0
Varjão	17,4	24,6	44,1	0,6	0,5	0,0	8,4	5,1	0,0	49,3	49,3	35,5	20,8	17,6	20,5	3,4	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vicente Pires	0,0	3,6	2,6	0,0	1,2	2,2	54,5	79,5	86,6	0,0	3,6	2,2	27,3	9,0	4,3	18,1	3,0	2,2	0,0	0,0	0,0
<b>Distrito Federal</b>	<b>29,3</b>	<b>40,4</b>	<b>52,6</b>	<b>3,2</b>	<b>4,7</b>	<b>7,5</b>	<b>17,3</b>	<b>13,8</b>	<b>11,0</b>	<b>16,2</b>	<b>11,1</b>	<b>2,8</b>	<b>23,8</b>	<b>23,4</b>	<b>21,3</b>	<b>10,0</b>	<b>6,2</b>	<b>2,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 11. Percentual de domicílios com acesso à água, esgotamento sanitário e coleta de lixo pelo SLU, por classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Abastecimento de água adequado (rede geral)			Esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa asséptica)			Coleta de lixo pelo Serviço de Limpeza Urbano		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	93,6	98,4	98,7	87,3	86,4	91,4	98,4	98,9	99,8
Brasília	100,0	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9
Brazlândia	100,0	99,6	100,0	100,0	99,6	100,0	100,0	100,0	100,0
Candangolândia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ceilândia	100,0	99,8	99,2	85,6	94,5	98,5	65,1	80,4	92,7
Cruzeiro	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Gama	93,4	95,7	95,8	97,8	98,7	99,1	91,2	96,4	97,0
Guará	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Itapoã	100,0	100,0	93,3	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0
Jardim Botânico	50,0	96,1	90,7	100,0	91,9	99,1	50,0	56,0	69,7
Lago Norte	66,7	88,8	97,5	100,0	88,8	99,7	100,0	100,0	100,0
Lago Sul	-	100,0	100,0	-	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0
Núcleo Bandeirante	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Paranoá	100,0	99,4	100,0	99,0	99,7	100,0	97,4	97,1	75,0
Park Way	88,8	97,0	98,9	100,0	91,0	97,7	77,6	80,6	91,5
Planaltina	99,1	100,0	100,0	95,6	97,8	97,7	99,6	100,0	100,0
Recanto das Emas	99,6	99,3	99,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0
Riacho Fundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Riacho Fundo II	98,8	100,0	97,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Samambaia	99,2	99,7	99,5	100,0	99,8	99,5	99,6	99,8	100,0
Santa Maria	99,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Sebastião	97,7	98,7	98,8	99,1	98,7	100,0	100,0	100,0	100,0
SCIA-Estrutural	99,2	99,1	100,0	79,6	87,0	95,1	97,5	98,6	100,0
SIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sobradinho	97,9	97,2	99,7	97,9	99,5	99,4	100,0	100,0	100,0
Sobradinho II	87,8	90,0	72,4	96,0	99,1	99,6	100,0	98,6	90,0
Sudoeste/Octogonal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taguatinga	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Varjão	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vicente Pires	95,5	93,4	95,7	84,1	85,5	95,2	81,8	77,7	75,1
<b>Distrito Federal</b>	<b>98,8</b>	<b>99,0</b>	<b>98,0</b>	<b>95,0</b>	<b>97,9</b>	<b>98,8</b>	<b>91,6</b>	<b>95,7</b>	<b>97,2</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 12. Percentual de domicílios, por infraestrutura urbana, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Não tem			Rua asfaltada			Calçada			Meio fio			Iluminação pública			Rede de água pluvial		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	3,2	2,6	0,8	88,9	83,3	94,6	77,8	71,2	89,7	79,3	76,4	91,4	96,8	93,7	97,6	87,3	81,7	94,0
Brasília	0,0	0,0	0,1	100,0	99,0	99,7	90,1	99,0	99,4	90,1	97,0	98,3	100,0	100,0	99,6	100,0	99,0	99,7
Brazlândia	0,6	0,4	0,0	99,4	99,3	100,0	95,6	94,7	99,2	98,1	98,2	99,2	98,7	99,3	98,4	99,4	99,3	100,0
Candangolândia	0,0	0,4	0,0	100,0	99,6	100,0	100,0	99,6	99,5	100,0	98,2	98,9	100,0	98,6	100,0	100,0	99,6	100,0
Ceilândia	8,7	4,8	1,8	61,7	77,7	91,2	59,0	75,3	90,7	59,8	77,3	90,9	91,1	94,9	97,7	61,7	77,5	91,2
Cruzeiro	0,0	0,0	0,0	100,0	99,0	100,0	100,0	98,1	99,7	100,0	98,1	99,2	100,0	100,0	100,0	100,0	99,0	100,0
Gama	3,3	0,8	0,9	94,5	97,5	97,0	94,5	97,5	96,1	94,5	95,7	95,8	96,7	98,5	98,5	94,5	97,5	97,0
Guará	0,0	0,0	0,3	100,0	99,5	99,5	100,0	100,0	99,7	100,0	99,5	99,2	100,0	99,5	99,5	100,0	99,5	99,5
Itapoã	0,4	0,0	0,0	97,2	95,9	93,3	71,7	73,8	69,9	98,4	98,3	93,3	98,8	100,0	100,0	97,2	95,9	93,3
Jardim Botânico	0,0	0,0	0,0	100,0	87,8	95,0	100,0	71,9	94,4	100,0	80,0	96,9	100,0	100,0	99,7	100,0	87,8	95,0
Lago Norte	0,0	0,0	0,0	33,9	78,1	96,4	33,9	78,1	95,3	33,9	78,1	93,6	100,0	100,0	99,2	33,9	78,1	96,4
Lago Sul	-	0,0	0,0	-	100,0	99,4	-	100,0	99,4	-	100,0	97,6	-	100,0	98,8	-	100,0	99,1
Núcleo Bandeirante	3,7	0,0	0,3	96,3	100,0	99,7	96,3	98,2	99,1	96,3	98,2	98,7	96,3	98,6	98,7	96,3	100,0	99,7
Paranoá	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	94,3	97,7	95,9	99,0	99,4	100,0	99,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Park Way	11,2	1,5	3,7	49,7	59,6	86,6	39,1	35,7	74,1	44,1	44,7	76,7	83,2	94,0	84,4	49,7	59,6	86,6
Planaltina	0,0	0,7	0,0	97,8	98,3	98,9	94,7	93,9	97,7	96,1	97,6	98,3	99,6	98,8	100,0	97,8	98,3	98,9
Recanto das Emas	0,4	0,0	0,9	99,6	99,3	99,1	88,4	89,7	91,5	99,2	98,4	99,1	99,2	99,5	99,1	99,2	98,6	99,1
Riacho Fundo	0,0	0,8	0,0	100,0	99,2	100,0	93,8	95,0	97,2	100,0	98,4	100,0	100,0	99,2	100,0	100,0	99,2	100,0
Riacho Fundo II	0,6	1,3	1,9	99,4	98,6	98,1	84,6	89,2	92,5	95,7	96,3	98,1	96,9	97,0	98,1	99,4	98,6	98,1
Samambaia	0,4	0,2	0,5	98,8	99,5	98,9	97,3	97,1	95,7	99,2	98,9	99,5	99,6	99,7	100,0	98,8	99,5	98,9
Santa Maria	0,0	0,4	0,0	100,0	99,6	99,4	98,9	98,5	100,0	97,2	98,3	98,2	100,0	99,6	100,0	100,0	99,6	98,8
São Sebastião	1,8	1,0	1,2	97,7	97,7	98,8	95,4	96,1	98,8	96,3	97,1	97,6	97,7	98,4	98,8	97,7	97,7	98,8
SCIA-Estrutural	3,8	3,7	0,0	80,4	82,4	89,9	75,8	78,7	85,0	83,8	85,2	94,8	94,6	96,3	100,0	80,4	82,4	89,9
SIA	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	92,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	93,8	100,0	100,0	100,0
Sobradinho	4,1	0,0	0,6	81,3	89,2	97,6	81,3	87,8	97,1	81,3	89,2	96,8	97,9	99,0	99,1	81,3	89,2	97,6
Sobradinho II	1,3	0,4	0,4	66,2	82,3	94,8	66,2	82,7	94,8	64,9	80,0	94,0	98,7	98,6	99,2	66,2	82,3	94,8
Sudoeste/Octogonal	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0	98,3	100,0	100,0	99,6	100,0	100,0	100,0
Taguatinga	0,0	0,0	0,1	100,0	99,6	99,9	98,0	99,3	99,6	98,0	98,9	98,7	100,0	99,3	99,3	100,0	99,6	99,9
Varjão	2,0	0,5	0,0	98,0	99,5	100,0	92,4	94,4	82,3	96,6	98,0	96,8	98,0	98,0	96,8	98,0	99,5	100,0
Vicente Pires	9,1	4,2	0,5	77,3	77,7	90,7	61,4	64,5	85,1	65,9	74,7	88,7	79,5	87,4	98,1	77,3	77,7	89,9
<b>Distrito Federal</b>	<b>2,6</b>	<b>1,3</b>	<b>0,5</b>	<b>88,4</b>	<b>93,4</b>	<b>97,6</b>	<b>83,5</b>	<b>89,9</b>	<b>96,2</b>	<b>87,2</b>	<b>92,4</b>	<b>96,3</b>	<b>96,9</b>	<b>98,1</b>	<b>98,9</b>	<b>88,4</b>	<b>93,3</b>	<b>97,5</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 13. Percentual de domicílios, por tipo de veículo que possuem, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Não tem veículo			Automóvel			Veículo de carga / utilitário			Motocicleta			Bicicleta		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	47,6	34,0	5,9	22,2	47,1	92,2	0,0	0,5	0,6	1,6	8,4	6,0	33,3	23,0	17,6
Brasília	20,0	28,6	9,1	50,1	62,3	89,3	0,0	1,0	0,6	10,1	2,0	3,7	40,0	31,6	23,0
Brazlândia	51,3	31,9	16,1	17,7	49,1	76,6	0,6	0,4	0,0	4,4	5,6	4,0	34,2	30,2	32,2
Candangolândia	53,4	26,9	15,6	24,5	58,9	82,1	2,2	0,4	1,7	4,5	7,3	6,7	22,3	29,7	24,6
Ceilândia	37,8	33,1	16,2	26,8	48,6	76,3	0,0	1,2	1,3	2,7	7,5	7,8	43,5	30,8	29,0
Cruzeiro	22,6	27,8	9,3	22,6	59,4	87,7	0,0	0,0	0,8	0,0	4,0	2,9	55,5	27,8	25,9
Gama	38,5	30,3	15,1	34,1	51,9	78,6	0,0	0,5	0,3	3,3	6,6	5,0	37,4	34,1	25,8
Guará	45,4	21,7	12,8	24,2	58,9	85,0	0,0	0,5	0,5	3,0	4,3	5,7	27,3	34,8	21,2
Itapoã	39,3	27,2	19,9	22,7	39,1	50,0	0,0	0,3	3,3	2,8	9,5	16,7	44,1	44,6	33,3
Jardim Botânico	0,0	11,9	0,6	100,0	80,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	5,3	100,0	31,9	34,7
Lago Norte	33,9	22,5	1,4	67,8	66,9	96,7	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	3,6	0,0	44,4	11,7
Lago Sul	-	0,0	0,9	-	100,0	98,8	-	0,0	0,6	-	0,0	4,8	-	50,0	28,8
Núcleo Bandeirante	55,5	35,0	18,3	29,6	53,2	78,3	0,0	1,3	0,9	11,0	4,1	4,0	25,9	21,8	17,7
Paranoá	51,8	36,3	12,5	17,8	43,4	72,2	0,0	0,6	0,0	6,8	7,1	15,3	33,0	27,2	36,1
Park Way	28,0	29,9	1,4	39,1	50,8	97,2	0,0	0,0	2,6	5,6	7,5	9,1	33,5	26,9	37,2
Planaltina	42,1	33,9	14,9	23,2	41,5	74,1	0,0	0,5	1,2	7,0	5,4	9,2	36,8	31,0	40,8
Recanto das Emas	36,1	31,2	16,0	26,1	41,7	72,7	0,8	1,1	0,9	4,0	7,6	7,5	46,2	41,5	36,8
Riacho Fundo	48,9	33,6	12,2	33,3	54,4	82,9	0,0	1,9	2,2	4,2	5,8	4,4	29,2	27,4	30,4
Riacho Fundo II	48,8	27,4	16,1	22,8	47,3	77,3	0,6	1,3	0,0	2,5	8,4	8,5	33,9	41,6	33,0
Samambaia	45,5	36,9	10,3	24,7	45,2	80,4	0,4	0,8	1,6	6,7	6,8	11,4	31,8	28,1	30,4
Santa Maria	36,6	34,5	8,2	26,3	45,2	84,1	0,6	0,2	0,0	6,3	7,1	11,2	45,7	35,1	33,5
São Sebastião	45,9	29,6	16,7	18,3	44,9	71,4	0,5	0,8	3,5	4,6	9,1	7,1	39,0	33,0	23,8
SCIA-Estrutural	34,6	25,0	39,9	23,3	40,3	39,9	0,0	1,4	0,0	7,1	6,5	15,0	44,2	44,4	39,9
SIA	16,7	35,7	18,8	66,7	64,3	68,8	0,0	0,0	6,3	16,7	0,0	6,3	0,0	14,3	12,5
Sobradinho	62,5	28,2	10,0	20,8	58,7	86,7	0,0	1,4	0,9	0,0	9,9	8,3	25,0	25,8	28,6
Sobradinho II	37,8	26,8	9,2	24,3	58,2	83,2	0,0	1,4	3,2	8,1	4,5	8,0	43,3	27,7	29,6
Sudoeste/Octogonal	0,0	15,3	3,3	100,0	84,7	95,2	0,0	0,0	0,8	50,8	0,0	4,0	0,0	7,8	18,2
Taguatinga	37,4	34,5	18,8	34,3	54,6	78,5	0,0	0,4	0,7	2,0	4,6	3,4	34,3	20,7	17,0
Varjão	51,3	34,7	11,8	20,8	45,2	73,6	0,0	2,5	0,0	4,2	6,5	11,8	30,5	28,7	26,4
Vicente Pires	29,5	14,5	2,9	50,0	72,9	95,9	4,6	0,6	3,8	6,9	6,0	11,8	31,9	41,0	41,2
<b>Distrito Federal</b>	<b>41,1</b>	<b>32,0</b>	<b>10,8</b>	<b>25,4</b>	<b>48,8</b>	<b>85,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>	<b>4,7</b>	<b>6,6</b>	<b>6,0</b>	<b>39,0</b>	<b>31,1</b>	<b>25,0</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011



**Tabela 14. Percentual de domicílios, por tipo de serviço domiciliar que possuem, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Não tem serviço domiciliar			Internet banda larga			TV por assinatura			Assinatura de jornais			Assinatura de revistas		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	82,5	73,3	12,7	15,9	22,5	77,1	1,6	3,7	32,4	0,0	1,1	13,2	0,0	0,5	16,0
Brasília	50,1	21,4	7,2	50,1	74,5	87,0	20,0	34,7	66,0	0,0	4,1	23,6	0,0	5,1	22,4
Brazlândia	90,5	65,6	39,5	8,2	27,7	49,2	1,9	6,0	19,3	0,0	0,0	5,6	0,6	0,0	4,0
Candangolândia	84,6	44,8	30,2	15,6	46,6	62,6	4,5	16,0	33,0	0,0	0,9	5,6	0,0	0,9	6,7
Ceilândia	80,5	62,7	37,6	13,5	29,1	50,5	1,5	5,0	11,6	0,0	1,2	3,3	0,4	1,7	4,5
Cruzeiro	44,5	27,8	14,1	55,5	65,4	76,5	0,0	27,8	49,3	0,0	2,0	8,3	0,0	1,0	10,7
Gama	61,5	50,6	26,1	34,1	45,0	65,3	3,3	11,7	29,4	1,1	0,3	4,2	1,1	0,8	5,0
Guará	60,6	38,2	20,8	39,4	53,1	69,1	9,1	18,8	41,4	3,0	2,9	8,1	0,0	1,0	7,8
Itapoã	95,5	78,6	79,9	3,7	16,7	19,9	0,4	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Jardim Botânico	0,0	31,9	5,3	100,0	63,9	87,6	48,4	31,9	71,5	0,0	3,9	18,6	0,0	3,9	17,0
Lago Norte	67,8	11,2	8,3	33,9	89,3	87,2	33,9	66,9	77,2	0,0	0,0	37,8	0,0	11,2	22,8
Lago Sul	-	0,0	2,1	-	100,0	91,2	-	100,0	79,1	-	100,0	48,8	-	50,0	39,1
Núcleo Bandeirante	55,5	43,2	23,3	40,9	53,2	68,9	11,0	15,9	35,1	0,0	0,9	6,8	0,0	0,9	5,6
Paranoá	85,3	63,8	38,9	13,6	30,7	51,4	3,1	5,8	19,4	0,0	1,0	4,2	0,0	0,3	2,8
Park Way	72,0	58,1	9,7	22,4	38,7	84,4	11,2	13,4	58,0	0,0	0,0	32,4	0,0	0,0	26,1
Planaltina	79,4	66,8	40,8	17,5	29,0	55,2	3,1	5,1	24,7	0,0	0,2	4,0	0,0	0,2	4,6
Recanto das Emas	80,3	61,7	33,0	14,9	29,4	58,5	1,6	3,7	14,2	0,0	0,5	0,9	0,0	0,2	3,8
Riacho Fundo	70,8	50,6	23,2	20,8	44,4	71,3	6,3	10,4	18,8	1,0	0,4	5,5	0,0	0,8	5,0
Riacho Fundo II	75,9	60,5	35,9	18,5	35,5	56,6	1,2	1,3	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Samambaia	80,8	57,8	29,9	14,5	35,7	56,5	3,5	5,5	15,2	0,4	0,5	5,4	0,4	0,5	2,7
Santa Maria	68,6	55,2	24,1	26,9	37,9	67,6	2,3	8,2	28,2	0,0	0,8	6,5	0,0	0,8	3,5
São Sebastião	80,3	63,1	44,0	15,1	32,7	44,0	4,6	5,2	21,4	0,0	0,3	1,2	0,0	0,3	0,0
SCIA-Estrutural	89,2	75,5	59,8	8,8	21,3	35,0	0,4	0,9	19,9	0,4	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
SIA	83,3	42,9	50,0	16,7	57,1	43,8	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	0,0	0,0
Sobradinho	75,0	45,5	21,0	25,0	50,7	71,1	8,4	25,4	41,6	0,0	0,9	8,8	0,0	1,9	7,7
Sobradinho II	71,6	54,1	19,2	24,3	37,3	74,8	10,8	13,2	50,4	0,0	0,9	11,2	0,0	0,4	10,4
Sudoeste/Octogonal	0,0	38,4	6,9	100,0	53,8	84,5	0,0	61,6	59,6	0,0	38,4	19,2	0,0	38,4	20,1
Taguatinga	54,5	47,0	22,8	39,4	47,0	70,6	10,1	12,2	28,5	1,0	1,3	6,0	2,0	1,3	5,1
Varjão	88,9	76,4	46,8	10,4	21,1	50,0	1,4	2,5	8,6	0,0	0,5	8,6	0,0	0,5	8,6
Vicente Pires	70,5	44,0	20,6	22,7	43,4	69,5	6,9	15,7	36,0	0,0	1,2	8,2	4,5	1,2	9,1
<b>Distrito Federal</b>	<b>78,5</b>	<b>57,5</b>	<b>19,7</b>	<b>17,3</b>	<b>36,2</b>	<b>72,2</b>	<b>3,2</b>	<b>8,5</b>	<b>40,9</b>	<b>0,2</b>	<b>0,9</b>	<b>12,5</b>	<b>0,3</b>	<b>1,0</b>	<b>11,8</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011

**Tabela 15. Percentual de domicílios, por tipo de eletrodoméstico que possuem, classe de renda e Região Administrativa.**

Região Administrativa	Notebook			Filmadora			Máquina fotográfica			Celular pós-pago			Telefone Fixo			TV de plasma / LCD		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	3,2	10,5	58,6	3,2	5,2	33,8	11,1	20,9	64,8	9,5	5,8	36,7	38,1	53,9	86,5	7,9	5,8	60,3
Brasília	30,1	46,9	70,3	0,0	14,3	30,9	50,1	43,9	61,5	30,1	28,6	61,4	50,1	70,4	91,3	40,0	44,9	83,1
Brazlândia	0,0	5,3	34,7	0,6	2,5	12,9	8,9	17,9	48,4	7,6	11,6	26,6	44,3	64,2	71,8	4,4	11,2	21,8
Candangolândia	6,7	14,2	34,1	0,0	2,3	10,6	4,5	19,6	32,4	4,5	7,8	17,3	40,1	68,5	84,9	4,5	21,5	38,5
Ceilândia	3,0	8,3	31,8	3,4	5,8	13,9	14,6	30,5	47,5	4,4	11,1	21,7	34,7	57,3	78,8	4,4	10,3	24,2
Cruzeiro	11,0	39,6	57,1	0,0	2,0	20,8	33,5	39,6	54,1	0,0	16,9	35,2	55,5	71,3	87,2	33,5	41,6	60,8
Gama	7,7	13,2	33,8	3,3	3,6	10,4	15,4	23,2	37,4	3,3	10,4	20,2	39,6	71,5	90,2	12,1	19,6	38,0
Guará	15,1	25,1	52,3	0,0	8,2	17,9	21,2	26,6	52,2	9,1	12,6	32,6	54,6	73,9	89,0	15,1	19,3	52,8
Itapoã	0,0	6,1	13,4	1,2	2,0	6,7	7,3	17,7	23,4	3,7	5,4	3,3	13,0	24,1	26,6	6,5	9,2	13,4
Jardim Botânico	48,4	23,9	81,1	0,0	11,9	33,4	48,4	31,9	71,2	0,0	31,9	61,0	100,0	75,8	89,8	48,4	35,8	78,0
Lago Norte	0,0	78,1	81,9	0,0	11,2	50,8	0,0	55,6	67,2	67,8	33,1	82,8	33,9	78,1	86,9	67,8	66,9	90,8
Lago Sul	-	50,0	79,4	-	100,0	46,7	-	50,0	75,4	-	50,0	73,9	-	100,0	98,2	-	50,0	84,2
Núcleo Bandeirante	14,9	22,3	46,6	3,7	6,4	11,5	18,6	26,3	43,5	0,0	10,9	21,4	33,2	67,7	82,9	11,0	20,9	42,5
Paranoá	2,1	7,4	36,1	1,0	1,3	11,1	11,0	21,4	36,1	4,2	7,1	15,3	45,0	60,5	72,2	3,7	12,6	33,3
Park Way	0,0	23,9	83,0	5,6	4,5	47,7	28,0	23,9	81,2	5,6	11,9	66,5	22,4	47,7	90,0	11,2	20,9	81,5
Planaltina	2,2	7,6	33,9	1,3	3,7	11,5	6,6	12,7	35,6	4,4	5,9	20,1	42,5	63,9	73,0	9,6	22,7	38,5
Recanto das Emas	2,0	6,2	23,6	2,0	5,0	8,5	14,1	21,3	33,0	3,6	6,0	10,4	55,4	61,0	72,7	4,0	7,3	23,6
Riacho Fundo	7,3	13,5	34,8	2,1	4,6	12,2	9,4	23,5	48,1	8,3	12,3	24,3	60,4	68,3	79,6	9,4	15,0	42,5
Riacho Fundo II	1,9	4,1	26,4	1,2	3,7	15,1	10,5	23,0	41,5	6,8	9,5	14,2	52,5	59,5	83,0	3,7	9,5	24,5
Samambaia	3,1	6,3	31,0	2,0	3,6	13,6	13,3	23,6	45,1	4,3	6,5	18,5	51,8	67,5	83,2	7,1	10,8	34,8
Santa Maria	5,1	10,5	35,9	2,3	4,8	12,4	17,7	22,0	48,8	8,6	7,3	21,8	53,7	68,8	81,8	7,4	14,6	42,4
São Sebastião	0,5	6,0	31,0	0,9	4,9	15,5	13,3	21,3	46,4	2,7	5,5	15,5	34,9	54,0	67,9	5,5	11,7	26,2
SCIA-Estrutural	1,3	4,2	15,0	0,0	2,3	10,1	10,0	22,7	35,0	3,3	4,2	10,1	27,9	44,4	54,9	2,9	8,8	15,0
SIA	16,7	35,7	12,5	0,0	14,3	18,8	33,3	35,7	18,8	0,0	35,7	12,5	16,7	50,0	43,8	0,0	14,3	18,8
Sobradinho	6,2	23,0	51,6	0,0	8,5	17,1	6,2	34,3	55,5	8,4	17,4	37,5	45,8	74,2	88,5	8,4	25,8	53,7
Sobradinho II	4,0	12,7	55,2	2,7	4,1	28,4	21,6	23,2	55,6	4,0	12,7	42,0	47,3	63,6	86,4	8,1	18,6	60,8
Sudoeste/Octogonal	100,0	46,2	77,2	100,0	23,1	37,7	0,0	46,2	66,7	50,8	61,6	61,1	100,0	76,9	93,9	50,8	53,8	75,9
Taguatinga	9,1	16,6	43,4	5,1	6,8	13,3	17,2	25,5	41,6	13,1	11,6	24,6	65,7	74,0	86,0	13,1	16,2	41,0
Varjão	2,0	8,5	23,6	0,6	5,1	17,7	9,0	17,6	44,1	3,4	6,5	23,6	31,9	49,3	64,5	4,8	11,0	29,5
Vicente Pires	18,1	18,7	52,3	11,4	9,0	25,7	15,9	40,4	62,4	9,1	20,5	46,5	27,3	60,8	84,2	11,4	19,3	47,0
Distrito Federal	<b>3,5</b>	<b>11,2</b>	<b>52,8</b>	<b>2,3</b>	<b>5,0</b>	<b>23,0</b>	<b>13,1</b>	<b>24,3</b>	<b>53,6</b>	<b>5,2</b>	<b>9,6</b>	<b>38,8</b>	<b>42,5</b>	<b>63,2</b>	<b>86,1</b>	<b>6,8</b>	<b>14,8</b>	<b>55,2</b>

(continua)

Região Administrativa	Freezer			Forno elétrico			Circulador de ar/ventilador			Ar condicionado			Batedeira elétrica			Micro-ondas		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	4,7	9,4	20,5	4,7	12,6	28,6	12,7	35,6	71,0	1,6	0,5	11,0	19,1	44,5	76,7	28,6	48,7	85,9
Brasília	10,1	16,3	37,7	20,0	29,6	44,4	20,0	28,6	57,2	0,0	8,2	15,6	30,1	43,9	66,5	70,1	72,5	89,6
Brazlândia	7,6	14,7	29,0	7,0	14,7	29,9	16,4	22,8	39,5	0,6	1,1	2,4	20,3	35,1	51,6	29,1	42,1	65,3
Candangolândia	4,5	7,8	21,8	2,2	9,6	19,6	13,4	24,2	49,7	0,0	1,4	0,5	15,6	32,9	44,1	28,9	57,5	68,2
Ceilândia	7,4	12,3	26,0	10,1	16,7	30,8	16,5	28,8	41,9	0,6	0,6	2,8	19,7	35,2	50,8	35,3	52,1	74,2
Cruzeiro	11,0	6,9	18,9	22,6	24,8	28,8	33,5	37,6	52,0	0,0	2,0	4,5	22,6	47,5	56,0	78,1	73,3	84,5
Gama	8,8	13,7	22,6	11,0	16,3	26,7	25,3	29,8	44,8	0,0	0,8	2,7	26,4	41,0	58,2	52,7	56,7	73,0
Guará	9,1	14,0	28,8	21,2	23,2	34,9	33,4	35,8	51,4	0,0	1,0	5,5	27,3	41,5	57,4	45,4	66,7	82,4
Itapoã	0,4	3,7	16,7	3,2	9,5	16,7	10,1	21,1	16,7	0,4	0,0	3,3	10,1	22,8	13,4	25,9	37,4	36,6
Jardim Botânico	0,0	43,9	58,2	48,4	28,1	51,4	48,4	51,9	63,8	0,0	0,0	25,4	100,0	63,9	67,8	48,4	60,0	90,4
Lago Norte	0,0	11,2	54,4	0,0	22,5	57,8	33,9	55,6	55,5	33,9	22,5	41,9	67,8	55,6	68,0	67,8	100,0	91,4
Lago Sul	-	50,0	83,0	-	0,0	75,4	-	50,0	61,2	-	0,0	41,2	-	100,0	86,1	-	100,0	97,3
Núcleo Bandeirante	7,3	17,7	19,9	14,9	15,9	29,5	25,9	37,7	49,7	0,0	0,9	3,7	18,6	38,6	50,6	37,2	64,1	78,3
Paranoá	2,6	6,2	16,7	2,1	7,8	25,0	13,1	26,2	41,7	1,0	1,3	1,4	14,1	35,6	43,1	29,9	52,4	72,2
Park Way	11,2	19,4	74,7	16,8	23,9	68,7	16,8	29,9	61,4	0,0	1,5	30,7	28,0	35,7	77,0	55,3	56,8	94,9
Planaltina	1,3	4,4	25,3	5,3	12,7	28,7	12,7	20,0	42,0	0,9	0,7	1,7	22,8	36,6	53,4	27,6	44,1	64,4
Recanto das Emas	5,6	13,3	16,0	6,8	13,8	23,6	12,0	25,9	34,9	0,4	0,5	0,9	20,9	32,1	41,5	29,3	48,2	64,2
Riacho Fundo	8,3	12,3	29,3	10,4	13,5	32,0	20,8	28,6	46,9	0,0	0,0	3,3	19,8	32,0	51,4	35,4	56,0	76,3
Riacho Fundo II	5,0	8,8	26,4	8,0	12,5	17,0	12,3	16,6	33,9	0,6	1,3	1,9	25,3	31,7	50,0	29,6	45,9	67,9
Samambaia	5,1	10,0	21,2	11,0	14,4	29,3	19,6	23,8	44,6	0,8	0,6	2,2	20,0	29,5	53,3	32,2	47,5	71,7
Santa Maria	3,4	9,4	25,3	10,3	8,4	18,2	15,4	24,1	44,1	0,6	0,6	2,3	18,9	35,6	50,6	38,3	53,3	72,3
São Sebastião	2,7	7,0	16,7	6,4	10,9	22,6	11,5	26,0	38,1	0,9	1,0	0,0	11,0	24,7	42,9	33,5	51,2	67,9
SCIA-Estrutural	1,7	6,0	10,1	4,2	8,8	10,1	15,8	22,2	39,9	0,8	0,5	0,0	10,0	19,4	19,9	25,0	41,2	50,0
SIA	0,0	35,7	37,5	16,7	21,4	25,0	33,3	42,9	25,0	0,0	0,0	0,0	33,3	57,1	31,3	50,0	64,3	75,0
Sobradinho	8,4	18,8	31,6	12,5	27,2	33,3	16,7	42,2	57,2	0,0	0,5	4,7	16,7	43,2	56,9	45,8	65,7	78,2
Sobradinho II	6,7	12,3	43,2	8,1	16,8	42,4	20,3	32,3	58,8	0,0	0,9	10,8	8,1	34,1	55,2	50,0	59,1	81,2
Sudoeste/Octogonal	50,8	30,7	31,8	50,8	23,1	45,4	50,8	46,2	48,8	0,0	15,3	16,5	100,0	46,2	56,7	100,0	84,7	89,7
Taguatinga	12,1	14,2	25,6	12,1	17,3	32,2	22,2	33,8	48,6	0,0	1,3	4,6	29,3	34,3	50,5	48,5	59,2	73,9
Varjão	0,0	8,0	17,7	4,8	13,6	26,4	14,6	25,1	35,5	0,0	1,0	0,0	17,4	29,1	46,8	30,5	47,2	70,5
Vicente Pires	6,9	25,9	48,2	22,7	34,9	48,4	22,7	38,0	57,1	0,0	0,6	8,4	22,7	45,8	63,6	38,6	62,7	83,0
Distrito Federal	5,2	11,3	31,8	8,5	15,3	36,7	16,1	27,7	52,1	0,6	0,9	9,7	19,2	34,6	59,1	34,2	52,6	80,7

(continua)

Região Administrativa	Computador			Máquina de lavar roupa			Aparelho de som			DVD			Rádio			Liquidificador		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	28,6	39,8	81,4	27,0	51,8	91,6	52,4	70,2	91,6	63,5	71,2	93,8	25,4	37,2	48,4	79,3	90,1	95,6
Brasília	50,1	66,3	74,8	90,1	82,6	92,7	60,0	75,5	85,9	80,0	86,7	89,8	20,0	34,7	34,8	100,0	97,0	96,0
Brazlândia	17,1	39,6	54,8	26,6	51,6	80,7	43,7	56,5	62,1	64,6	72,6	77,4	17,1	23,9	42,7	82,9	95,8	96,8
Candangolândia	26,7	53,4	63,7	46,6	69,0	82,7	51,2	73,5	83,8	62,3	71,7	73,7	35,6	30,2	32,4	88,9	90,4	94,4
Ceilândia	26,0	43,0	61,4	39,7	61,6	78,8	50,3	67,0	75,0	70,8	76,2	84,6	33,6	34,6	47,0	86,0	92,9	97,5
Cruzeiro	55,5	62,4	76,0	78,1	91,1	94,4	67,1	83,2	84,0	100,0	93,1	90,7	0,0	25,7	42,1	89,0	94,1	95,5
Gama	41,8	50,6	67,7	53,8	72,0	86,6	65,9	66,2	78,0	78,0	73,5	80,4	27,5	34,3	30,6	92,3	95,9	94,1
Guará	30,3	58,5	70,1	66,6	77,8	91,9	72,7	79,7	85,0	72,7	80,7	92,2	24,2	30,0	32,8	90,9	93,7	95,3
Itapoã	14,2	30,3	23,4	30,0	45,2	50,0	41,3	58,8	66,7	65,2	72,8	76,6	23,1	29,6	26,6	84,2	86,1	90,0
Jardim Botânico	100,0	60,0	82,0	100,0	68,1	95,4	100,0	63,9	91,6	48,4	80,0	91,6	48,4	43,9	45,2	100,0	83,9	98,5
Lago Norte	33,9	89,3	81,1	100,0	89,3	87,2	67,8	66,9	89,4	100,0	78,1	87,8	0,0	33,1	41,9	67,8	89,3	97,2
Lago Sul	-	100,0	83,6	-	100,0	99,4	-	100,0	89,4	-	100,0	94,8	-	0,0	45,1	-	100,0	99,1
Núcleo Bandeirante	40,9	54,1	68,6	59,5	79,1	91,0	66,8	67,7	80,1	59,5	71,3	84,2	40,9	31,8	32,3	96,3	92,7	95,7
Paranoá	22,0	45,0	66,7	37,7	64,1	82,0	48,2	66,7	76,4	71,2	75,1	91,7	29,3	34,6	44,4	81,2	90,9	93,1
Park Way	33,5	37,2	79,8	66,5	70,1	98,0	60,9	71,6	91,2	77,6	76,1	92,1	28,0	37,2	46,3	88,8	94,0	96,9
Planaltina	30,3	41,2	58,6	31,6	51,7	73,0	56,6	71,7	83,3	67,5	66,3	83,9	39,5	45,9	47,7	86,0	94,9	97,7
Recanto das Emas	27,3	45,2	65,1	38,2	58,9	77,4	54,6	69,5	75,5	75,5	75,5	86,8	28,5	31,9	34,0	85,1	91,5	96,2
Riacho Fundo	35,4	52,5	74,0	50,0	72,2	90,6	55,2	69,5	81,2	65,7	75,3	86,2	21,9	25,5	34,2	87,5	93,0	96,7
Riacho Fundo II	30,8	44,9	62,2	40,1	62,5	82,1	49,4	67,6	79,3	67,9	76,7	83,0	22,2	31,7	34,9	86,4	91,9	97,2
Samambaia	27,5	46,3	67,4	38,4	58,5	77,7	57,6	67,0	80,4	73,3	74,6	88,6	22,4	22,5	33,7	88,2	91,4	96,2
Santa Maria	35,4	49,4	70,0	44,6	61,3	90,6	62,3	71,1	84,1	72,0	73,6	87,6	22,9	31,2	30,0	90,3	92,9	96,5
São Sebastião	27,1	43,1	60,7	26,6	49,9	67,9	50,0	61,3	80,9	65,1	74,8	85,7	30,3	34,3	35,7	85,8	94,5	95,2
SCIA-Estrutural	16,7	29,6	35,0	31,2	50,5	65,0	52,9	58,3	74,9	62,9	63,0	74,9	21,7	25,0	19,9	79,6	85,2	89,9
SIA	33,3	57,1	62,5	66,7	71,4	62,5	66,7	85,7	62,5	50,0	92,9	81,3	16,7	14,3	12,5	83,3	92,9	75,0
Sobradinho	27,1	57,7	67,3	47,9	74,6	90,3	45,8	76,5	85,5	68,8	80,8	87,6	22,9	38,5	44,0	93,8	96,2	98,2
Sobradinho II	31,1	46,8	74,4	52,7	68,2	90,8	54,1	68,6	85,2	68,9	75,9	89,6	32,4	41,8	44,0	90,5	93,2	98,0
Sudoeste/Octogonal	100,0	69,1	73,9	100,0	76,9	92,7	50,8	92,2	85,8	100,0	100,0	93,5	50,8	38,4	32,2	100,0	100,0	96,7
Taguatinga	50,5	51,1	65,9	59,6	75,8	86,6	62,6	71,0	77,1	70,7	75,3	85,4	35,4	30,1	33,2	96,0	93,7	96,6
Varjão	25,0	30,6	52,7	45,1	53,2	79,5	48,7	62,8	67,7	60,4	65,8	85,0	20,8	25,6	32,3	83,4	95,4	90,9
Vicente Pires	34,1	53,6	70,0	43,1	77,1	93,5	45,5	60,2	79,9	61,4	80,1	91,6	25,0	30,1	46,8	79,5	91,6	97,8
Distrito Federal	<b>28,3</b>	<b>46,4</b>	<b>70,8</b>	<b>39,3</b>	<b>62,8</b>	<b>88,3</b>	<b>53,7</b>	<b>68,3</b>	<b>83,0</b>	<b>69,9</b>	<b>74,7</b>	<b>88,5</b>	<b>28,9</b>	<b>32,5</b>	<b>38,2</b>	<b>86,7</b>	<b>92,9</b>	<b>96,4</b>

(continua)

Região Administrativa	Ferro elétrico			Geladeira			Fogão			Celular pré-pago			Televisão			Tanquinho elétrico		
	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B	D/E	C	A/B
Águas Claras	96,8	97,4	98,3	95,3	97,4	99,4	100,0	100,0	99,8	82,5	85,9	80,2	95,3	95,8	85,7	54,0	36,1	9,7
Brasília	90,1	94,9	98,1	100,0	100,0	99,2	100,0	97,0	99,0	80,0	87,8	60,3	70,1	76,5	50,0	20,0	16,3	5,9
Brazlândia	83,5	94,0	93,6	95,6	97,9	100,0	98,7	99,3	100,0	75,3	78,2	78,2	87,3	86,0	87,9	62,7	65,6	60,5
Candangolândia	93,5	91,3	96,6	93,5	96,8	97,8	97,8	98,6	98,9	69,0	86,3	85,5	93,5	88,1	87,1	42,3	28,8	19,0
Ceilândia	90,3	95,5	97,7	94,9	97,5	98,2	98,5	98,9	99,2	77,2	78,8	83,6	90,9	90,2	90,9	58,4	53,4	49,0
Cruzeiro	89,0	98,1	97,6	100,0	99,0	99,5	100,0	100,0	99,2	100,0	90,1	85,3	55,5	78,2	73,3	22,6	10,9	8,8
Gama	95,6	96,2	95,5	98,9	99,0	97,3	100,0	99,5	100,0	87,9	79,6	80,4	90,1	87,5	82,2	45,1	38,9	34,1
Guará	90,9	95,2	98,1	100,0	98,6	98,4	100,0	98,6	99,2	84,9	87,0	83,4	90,9	87,9	79,6	33,4	18,4	14,4
Itapoã	83,8	90,8	83,3	96,8	98,3	100,0	100,0	100,0	100,0	85,4	91,5	90,0	93,5	93,2	96,6	59,1	44,6	43,3
Jardim Botânico	100,0	91,9	98,8	100,0	95,8	99,1	100,0	100,0	99,7	100,0	80,0	63,8	100,0	83,9	65,9	100,0	28,1	16,7
Lago Norte	100,0	100,0	98,3	100,0	100,0	98,3	100,0	100,0	98,6	100,0	89,3	53,1	67,8	44,4	55,5	0,0	0,0	3,1
Lago Sul	-	100,0	99,4	-	100,0	99,7	-	100,0	100,0	-	100,0	62,4	-	50,0	69,4	-	0,0	11,5
Núcleo Bandeirante	100,0	94,1	96,9	100,0	99,1	99,1	100,0	100,0	99,1	89,0	83,2	85,4	92,7	90,9	86,0	22,3	26,8	17,7
Paranoá	85,9	93,5	97,2	99,0	99,0	100,0	100,0	99,7	100,0	77,0	84,1	86,1	96,3	91,6	88,9	37,2	38,5	25,0
Park Way	94,4	91,0	99,7	100,0	98,5	99,1	100,0	98,5	99,7	94,4	83,5	65,1	94,4	92,5	65,3	49,7	35,7	25,3
Planaltina	89,9	93,7	96,6	97,4	99,0	98,3	100,0	99,0	100,0	82,0	83,7	83,3	91,7	90,2	85,1	45,6	36,3	32,8
Recanto das Emas	88,4	93,3	97,2	96,0	96,8	97,2	98,0	97,7	98,1	73,9	81,9	87,7	89,2	89,0	86,8	58,2	50,9	48,1
Riacho Fundo	91,7	94,2	97,8	95,8	96,5	97,8	99,0	98,4	98,9	76,0	78,8	86,2	94,8	91,5	81,2	42,7	40,2	36,4
Riacho Fundo II	93,8	93,2	99,1	97,5	96,6	99,1	99,4	98,6	100,0	79,6	80,1	83,9	90,1	88,8	85,9	53,7	56,4	56,6
Samambaia	92,9	94,5	95,7	97,3	97,5	98,9	100,0	99,7	100,0	78,0	80,0	85,9	90,6	86,7	83,2	56,1	50,2	44,6
Santa Maria	93,7	97,7	97,1	97,2	98,5	98,8	100,0	99,2	99,4	80,0	84,3	84,7	89,7	88,7	81,8	56,6	46,4	30,6
São Sebastião	89,0	95,3	98,8	97,7	99,2	98,8	100,0	100,0	100,0	81,6	89,6	90,5	92,7	92,7	91,7	54,6	47,0	45,3
SCIA-Estrutural	82,1	93,1	94,8	97,1	98,6	100,0	100,0	99,5	100,0	80,0	81,5	74,9	92,9	85,2	80,1	61,2	60,6	45,1
SIA	100,0	85,7	93,8	100,0	100,0	93,8	100,0	99,5	100,0	100,0	78,6	93,8	100,0	85,7	87,5	33,3	50,0	31,3
Sobradinho	95,9	96,7	98,2	100,0	99,5	99,1	100,0	99,5	100,0	85,4	85,0	82,9	91,7	86,9	74,6	45,8	38,5	25,1
Sobradinho II	91,9	99,1	98,0	100,0	99,6	99,2	100,0	99,1	100,0	87,8	87,3	79,2	89,2	92,3	75,6	54,1	47,3	28,8
Sudoeste/Octogonal	100,0	100,0	98,1	100,0	100,0	99,4	100,0	100,0	99,4	50,8	69,1	59,0	0,0	46,2	48,1	0,0	0,0	5,0
Taguatinga	100,0	96,7	97,0	98,0	98,0	98,2	100,0	98,7	98,8	77,8	81,7	83,5	88,9	88,0	79,1	44,4	36,0	28,8
Varjão	88,2	92,9	100,0	98,0	99,5	96,8	100,0	100,0	96,8	78,5	82,9	79,5	93,0	92,9	88,2	43,1	38,2	14,5
Vicente Pires	86,4	94,6	96,2	100,0	99,4	99,3	100,0	97,0	99,3	63,6	78,3	79,1	77,3	90,4	86,8	50,0	50,6	48,7
<b>Distrito Federal</b>	<b>90,5</b>	<b>95,2</b>	<b>97,5</b>	<b>96,9</b>	<b>98,1</b>	<b>98,8</b>	<b>99,4</b>	<b>99,1</b>	<b>99,4</b>	<b>79,4</b>	<b>82,4</b>	<b>75,9</b>	<b>90,8</b>	<b>89,0</b>	<b>73,7</b>	<b>53,4</b>	<b>44,3</b>	<b>23,0</b>

Fonte: Codeplan, PDAD 2011